



**10 anos do Estatuto
da Igualdade Racial**

O que mudou na vida da maioria dos negros?

**Avaliação programática
da política reformista
no enfrentamento
ao racismo**

*A emancipação dos negros será parte
da emancipação da classe operária
da dominação capitalista*

POR | Partido
Operário
Revolucionário

 **MASSAS**
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DOS TRABALHADORES

10 anos do Estatuto da Igualdade Racial

o que mudou na vida da maioria dos negros?

Avaliação programática da política
reformista no enfrentamento
ao racismo

*A emancipação dos negros será parte
da emancipação da classe operária
da dominação capitalista*

Índice

Apresentação 5

Declaração do Partido Operário Revolucionário
10 anos do Estatuto da Igualdade Racial -
O seu fracasso comprova que somente por meio
da luta de classes é possível combater o racismo 8

Considerações sobre o Estatuto da Igualdade Racial 13

Debate entre petistas em torno à comemoração
dos 10 anos do Estatuto da Igualdade Racial 21

Anexos..... 31

Sobre as cotas para ingresso na universidade 31

20 de novembro - “Dia da Consciência Negra” 40

*O fim do racismo e de todo tipo de discriminação serão
alcançados com a revolução social e a construção do
socialismo..... 44*

*Unir os explorados, negros e brancos, para derrotar
o governo golpista de Temer..... 50*

<i>14ª Marcha da Consciência Negra - O objetivo de nossa luta é o fim do racismo e toda sorte de discriminação</i>	<i>54</i>
<i>Manifesto do dia da Consciência Negra.....</i>	<i>60</i>
<i>Manifesto do Partido Operário Revolucionário</i>	
<i>Transformar a manifestação do Dia da Consciência Negra em assembleia</i>	<i>65</i>

Apresentação

Estávamos devendo uma análise do Estatuto de Igualdade Racial. À época, passamos em branco, o que deixou uma lacuna nas formulações programáticas do Partido Operário Revolucionário (POR) sobre a opressão sofrida pelos negros. Para sermos exatos, fizemos referência ao Estatuto em manifestos divulgados nos atos do Dia da Consciência Negra e artigos publicados no jornal Massas.

A tarefa de eliminar o racismo é parte de nosso programa. Sistemáticamente, o POR denuncia os casos de agressão racial e realiza campanhas pelas reivindicações particulares, como a defesa de trabalho igual e salário igual, igualdade de condições no emprego, proteção à maternidade, nenhum jovem fora da escola e do trabalho, salário mínimo vital, fim da violência policial, direito de livre expressão cultural, entre outras. Essas bandeiras não estão isoladas no programa de reivindicações da maioria oprimida, formada por pretos e brancos. E se vinculam ao objetivo histórico de eliminação do racismo. Esse objetivo estratégico corresponde à luta contra a dominação capitalista, portanto, ao movimento do proletariado voltado à revolução social.

Essa base programática conduz à necessária união de trabalhadores pretos e brancos. Afirmamos que sem essa unidade não é possível sequer dar um passo na luta de classes

contra as discriminações. Compreendemos que as massas negras, que compõem o proletariado, o camponês oprimido e a classe média arruinada, têm em suas mãos a tarefa de estar à frente do movimento revolucionário, tanto por suas raízes históricas, que se encontram no escravismo, quanto na constituição da classe operária brasileira. O racismo, nas suas múltiplas formas, nunca foi interrompido nos diversos períodos da história do Brasil. Isso não se deve à ideologia e à cultura racial em si, mas à condição primeiro de escravos e, em seguida, de proletários e camponeses servis. A luta ideológica contra o racismo teve um significativo progresso. Desmascararam-se a tese da inferioridade do negro e a farsa da democracia racial. Esses dois pilares sustentaram a postura sobre a superioridade do branco. Esse embate, que tem um longo percurso no enfrentamento ao racismo, ajudou a evidenciar que as discriminações são de classe. No entanto, o reformismo oculta essa realidade. Utiliza-se o desmascaramento da ideologia racial, que é burguesa, para insistir na possibilidade de diminuir, amortecer e, finalmente, eliminar o racismo por meio de políticas de Estado. A chegada do PT à presidência da República potencializou essa ilusão.

O Estatuto da Igualdade Racial, aprovado em 20 de julho de 2010, constitui a obra máxima da escalada da tese de que, por meio de “ações afirmativas”, se realizaria a “inclusão social” da maioria negra, que se encontra marginalizada da civilização alcançada no País. Lula, na condição de presidente da República, e o PT não poderiam imaginar que o Estatuto seria a prova da impossibilidade da burguesia tomar medidas materiais, práticas, para elevar as condições de existência das massas negras e romper o elo histórico da cadeia que submete os negros à brutal exploração do trabalho desde o escravismo colonial.

A avaliação de que pouco se fez para aplicar o Estatuto, nos governos posteriores aos do PT, agora agravado com a ascensão do racista Bolsonaro, não passa de malabarismo verbal de Lula, Paim, Matilde Ribeiro, etc. A administração petista do Estado burguês o máximo que pôde fazer foi conseguir a aprovação no Congresso Nacional do critério de cotas raciais, que não modifica absolutamente nada das condições de opres-

são sofrida pela maioria negra. Essa concessão da burguesia branca está de acordo com o interesse de ampliar a participação de uma camada de negros na classe média. Ao contrário de atingir o edifício do racismo, acaba por reforçá-lo.

O POR foi uma das poucas vozes no campo das esquerdas a mostrar que a resistência da direita ao critério de cotas estava na contramão do interesse geral da burguesia de reforçar a classe média com a presença de maior contingente de negros. A derrota parlamentar da direita não expressou uma conquista das massas negras em combate à dominação de classe. O Estatuto cumpre 10 anos e a Lei das Cotas, já tem 8 anos. O balanço geral é de que a maioria negra continua sendo sacrificada pela pobreza e miséria, discriminada no mercado de trabalho e nos salários, e golpeada sistematicamente pela polícia, que expressa em suas ações a permanência do racismo.

É preciso fazer uma menção ao livro “Resposta Marxista às Opressões”, que tem como subtítulo “Programa de Emancipação e Concepção Marxista sobre a Opressão da Mulher, Negro, Indígena e Homossexual”, publicado pelo POR em abril de 2019. Essa publicação reúne documentos, resoluções, manifestos e artigos, referentes a toda forma de opressão. Abre, justamente, com o índice “Resposta Programática à Opressão Racial”. Como dissemos, faz referência ao Estatuto, e desenvolve, em particular, a discussão sobre o critério de cotas.

Este folheto acrescentará a crítica ao Estatuto da Igualdade Racial. Esperamos que incentive a vanguarda com consciência de classe a estudar criticamente a extensa formulação programática do POR sobre as opressões.

23 de julho de 2020 - Pelo CC do POR, Atilio de Castro

Declaração do Partido Operário Revolucionário

10 anos do Estatuto da Igualdade Racial

O seu fracasso comprova que somente por meio da luta de classes é possível combater o racismo

20 de julho de 2010

Em 20 de julho de 2010, foi sancionado, pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o Estatuto da Igualdade Racial. Nesses 10 anos de vigência, a própria imprensa burguesa reconhece que pouca coisa mudou, nas condições da parcela negra da população, que é a maioria. Há que acrescentar que, em alguns aspectos, inclusive, se agravaram.

Via de regra, se descreve a discriminação dos negros, sem evidenciar suas raízes, ou, em outras palavras, a causa primeira. Ainda persiste a ilusão e a impostura de que se trata de uma discriminação de ordem puramente racial, que acaba tendo reflexos sociais. Não se admite o contrário, de que são as causas sociais que se refletem na forma de opressão racial e, certamente, assim, a discriminação racial evidencia e reforça a opressão social. Tornou-se muito bem conhecida a discussão entre classe e raça, de maneira a definir o racismo como especificamente de opressão de uma raça sobre outra. E, secundariamente, o racismo no interior das classes. Essa diferença, embora antiga e discutida exaustivamente nos meios acadêmicos, com seus reflexos nos movimentos, permanece atual.

Nos marcos da explicação sobre a relação entre raça e classe, se opõem o reformismo e o marxismo. Para os reformistas, é valiosa a tese de que a questão racial caminha paralela à questão das classes, ainda que uma se reflita na outra, apregoando a possibilidade de reformas progressivas no capitalismo, embora este esteja em sua época imperialista de decomposição. De maneira que as particularidades do racismo podem ser tratadas e resolvidas sem alterar, no fundamental, a relação entre as classes antagônicas do capitalismo, que são, por excelência, a burguesia e o proletariado. A posição reformista, em geral, acentua a educação e coerção como instrumentos intrínsecos à defesa da igualdade racial. Advoga, por outro lado, ações econômicas do Estado, inclusive junto aos capitalistas, para reduzir as desigualdades raciais e, nesse sentido, promover gradualmente a igualdade.

A condição política para viabilizar esse programa é a de constituir um governo “democrático e popular”, como consta no ideário do PT. A classe operária e demais explorados preencheram essas condições, elegendo, para presidente, Lula. Eis que, no Brasil, se materializou o “governo democrático e popular”. O Estatuto da Igualdade Racial foi constituído, sob tal governo. Sua história e destino, portanto, estão atados ao PT reformista. Lembrar os 10 anos do Estatuto da Igualdade Racial significa lembrar o governo de Lula e a tese do governo democrático e popular do petismo. Eis por que, neste 20 de julho de 2020, o ex-presidente e o senador Paulo Paim, relator do Estatuto, em meio à brutal pandemia, que já deixou 80 mil mortes, sendo a maioria de negros, anunciaram uma discussão comemorativa on-line.

Pelos caminhos tortuosos, nem sempre previsíveis da história, os 10 anos do Estatuto da Igualdade Racial são postos à prova, no momento em que a parcela negra da população é a mais sacrificada, não só pelo volume das mortes, mas também pelo desemprego e pelo avanço da fome. Os vários títulos, capítulos e parágrafos do longo e detalhado documento se mostram vazios de realidade. Não era preciso, certamente, que se abatesse a virulenta pandemia sobre as massas, para que se verificasse, nesses 10 anos de existência, que o Estatuto da Igualdade Racial não mexeu um só dedo contra a discrimina-

ção e as condições sociais de existência da maioria negra. No entanto, é bom assinalar a coincidência da tragédia na vida dos explorados, atingidos pela pandemia, e o reconhecimento de que a maioria é de negros pobres e miseráveis. É claro que não se deve desconhecer que milhões de pobres e miseráveis brancos também padeceram e padecem da mesma carga.

Esses 10 anos do Estatuto coincidem, também, com o levante nos Estados Unidos, em resposta ao assassinato de George Floyd. Esse é o caminho para pretos e brancos oprimidos se levantarem contra a burguesia branca e seus governos. A experiência ensina que, sem uma direção revolucionária, o movimento de revolta contra a violência racial se esgota nos limites da política reformista. Essa experiência tem de ser levada em conta, na avaliação da luta contra o racismo no Brasil.

Passemos a apresentar alguns pontos do Estatuto da Igualdade Racial. Para efeito de demonstração, comecemos pelo título II - dos direitos fundamentais, capítulo I - dos direitos à saúde. Diz no artigo 7º: “*O conjunto de ações de saúde voltadas à população negra constitui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (...)*”. Observa-se que vários itens estão interligados à superação da discriminação dos negros diante da saúde. Os acontecimentos revelam a falência do SUS diante da catastrófica incidência do coronavírus sobre a maioria oprimida. O sonho de dar poderes aos movimentos e representantes de negros, na “*Participação e controle social do SUS*”, se dissipou na forma de um grande pesadelo.

O capítulo IV, artigo 35º, sobre a moradia, diz: “*O poder público garantirá a implementação de políticas públicas para assegurar o direito à moradia adequada da população negra, que vive em favelas, cortiços, áreas urbanas subutilizadas, degradadas ou em processo de degradação, a fim de reintegrá-las à dinâmica urbana e promover melhorias no ambiente e na qualidade de vida*”. O contrário dessa intenção ocorreu. Nesses 10 anos, aumentaram as favelas e cortiços. Uma das causas da mortandade de negros pelo coronavírus foi que boa parte deles se encontra aglomerada em cubículos, que, por sua vez, formam conglomerados de moradias geminadas e destituídas de qualquer proteção sanitária. Muito morreram e estão morrendo em casa, sem poderem recorrer ao SUS.

O capítulo V, sobre o trabalho, artigo 38º, diz: “*A implementação de políticas voltadas para inclusão da população negra no mercado de trabalho será de responsabilidade do poder público (...)*” Artigo 39º, “*O poder público promoverá ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra*”. As demissões em massa, porém, começaram justamente nas atividades consideradas menos qualificadas e mais pesadas, que são em grande medida exercidas por homens e mulheres pretos. Não passa de palavreado reformista a promessa de “*igualdade de oportunidade*”. A maior parte de desempregados e subempregados, incluindo a juventude, é de pretos.

O capítulo IV, sobre o “acesso à justiça e segurança, artigo 53º “*O Estado adotará medidas especiais para coibir a violência policial incidente sobre a população negra*”. E promete, no parágrafo único, “*ações de ressocialização e proteção da juventude negra em conflito com a lei e exposta a experiências de exploração social*”. Durante a pandemia, se viu ocorrer o contrário. Aumentou o número de mortes provocadas pela intervenção policial. A maioria foi de jovens pretos. A população carcerária cresce ano a ano, e a imensa maioria é de pretos. Constata-se o crescimento do encarceramento de mulheres pretas.

Voltamos a assinalar que a situação da pandemia, que coincidiu com os 10 anos do Estatuto da Igualdade Racial, tão somente expôs o enorme câncer social do capitalismo, que é a opressão racial, como reflexo da exploração do trabalho. Os reformistas vão dizer que não tiveram tempo de criar as premissas materiais, culturais e ideológicas para viabilizar o Estatuto. Têm um argumento a seu favor, que são as cotas raciais. Em oito anos, (2011-2019), segundo o IBGE, o número de negros na universidade saltou de 9% para 18%. O fato de ter dobrado parece um grande feito. Mas, na realidade, se trata de uma pequena concessão admitida pela burguesia branca, principalmente a uma camada de pretos que pertence à classe média. Isso foi o máximo que alcançou o Estatuto da Igualdade Racial. Fracassou inteiramente no fundamental da discriminação sofrida pelas massas pretas.

Desde 1950, principalmente, intelectuais, parlamentares de esquerda e movimento negro defendiam o reconhecimento

da discriminação pelo Estado burguês. Leis foram criadas nesse sentido. Mas é com o Estatuto da Igualdade Racial que se chega ao ponto mais alto desse reconhecimento. Não há dúvida que foi um passo progressivo. O que deveria servir apenas de instrumento, para demonstrar que os capitalistas e seus governos não tinham e não têm como cumprir a concessão feita ao movimento negro. Os reformistas fizeram o contrário. Alimentaram a ilusão na possibilidade de que o Estatuto era, de fato, um instrumento para promover a igualdade racial. Assim, reforçam a tese de que o problema é de raça, e não de classe. De maneira que as soluções vêm do parlamento e de governos. Negam, sistematicamente, que a questão da opressão sobre os pretos somente pode ser enfrentada pela luta de classes, com os métodos, meios e a estratégia revolucionária do proletariado.

O fracasso do Estatuto da Igualdade Racial comprova o acerto da tese marxista de que as discriminações contra os pretos são, primordialmente, de classe. Não se trata da luta entre raças, mas da luta entre classes. O programa da classe operária une pretos e brancos para impor à burguesia suas reivindicações, combater o racismo no campo da exploração do trabalho e desenvolver as premissas de que a revolução proletária porá fim, definitivamente, ao racismo e toda forma de opressão social.

Considerações sobre o Estatuto da Igualdade Racial

O Estatuto é constituído de 4 títulos: “Disposições preliminares”, “Direitos fundamentais”, “Sistema nacional de promoção de igualdade racial” e “Disposições finais”. São delimitados por capítulos e artigos.

As premissas que regem o Estatuto estão expostas nas disposições preliminares. São elas: “Discriminação racial e desigualdade racial”, de um lado; “políticas públicas, ações afirmativas e inclusão social, de outro. Nas disposições preliminares, o Estado reconhece a existência e a gravidade do racismo. E se compromete a combatê-lo, por meio de medidas de políticas públicas, que são qualificadas de ações afirmativas, e objetivadas pela noção de inclusão social dos negros. Entende que tais políticas específicas permitirão alcançar condições de igualdade de oportunidade na vida econômica, social, política e cultural do país, bem como eliminar obstáculos históricos, socioculturais e institucionais, que impediram a representação da diversidade étnica nas esferas públicas e privadas. Na base das ações afirmativas, está o compromisso do Estado de reparação histórica das distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas públicas e privadas, durante o processo de formação social do país. Notamos que os redatores do Estatuto

decidiram não se referir concretamente ao regime escravista e à posterior forma capitalista do trabalho livre, quando se assinala a “*formação social do país*”.

É importante verificar a relação entre as premissas, as respostas do Estado e a meta a ser atingida. A discriminação e a desigualdade racial seriam resolvidas, dando aos negros condições de igualdade de oportunidade em referência aos brancos. Ou seja, a discriminação está em que os brancos se sobrepõem aos negros, porque têm mais oportunidades em todos os aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos. Assim, os negros concorrem em desigualdade com os brancos. Na essência do Estatuto, portanto, está a concorrência no mercado de trabalho, no alcance dos melhores salários, no acesso à educação, cultura, postos de comando nas empresas e no próprio Estado.

Essa base liberal expressa a completa deformação do problema do racismo no Brasil, que é histórico, e que se manifesta com particularidades em cada uma das etapas do desenvolvimento capitalista.

Não se poderia esperar que comparecesse no Estatuto a relação do racismo com as condições de explorados da maioria negra. Porém, é bom assinalar esse fato, uma vez que se faz apologia de que o Estado burguês, finalmente, se encarregou da responsabilidade de enfrentar a odiosa discriminação. Oculta-se que são os capitalistas que dão preferência aos trabalhadores brancos, na hora da contratação, e fazem a diferenciação salarial. O Estado burguês se assenta na propriedade privada dos meios de produção, na exploração do trabalho e na concorrência, ainda que limitada pelo domínio monopolista. É falsa a premissa de que as ações afirmativas podem modificar o poder dos capitalistas, de selecionar livremente quem contrata e demite, ou motivá-los a assumir a igualdade entre pretos e brancos. Bastam essas disposições preliminares para virem abaixo os andaimes do Estatuto da Igualdade Racial.

O título II, “direitos fundamentais”, não se inicia pelo trabalho, que consta do capítulo V. Afirma no artigo 38º que “*a implementação de políticas voltadas para a inclusão da população negra no mercado de trabalho será de responsabilidade do*

poder público". Depois de afirmar os compromissos da "Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965) e a Convenção 111 (1958) da Organização Internacional do Trabalho (OIT)", que não passa de intenção declaratória, prometem-se incentivos para a contratação do setor público e empresas privadas; programa de formação profissional; crédito para pequena produção, rural e urbana; elevação da escolaridade. Em particular, promete "estímulo à promoção de empresários negros". São promessas que, por si só, revelam a impossibilidade do Estado burguês e governos darem um só passo contra a discriminação dos negros no mercado de trabalho e nos ganhos salariais.

Seria um impulso às forças produtivas, se os capitalistas reduzissem significativamente o desemprego, e elevassem o salário dos negros na mesma proporção do que recebem os trabalhadores brancos. Não o fazem porque são racistas, mas porque, além de racistas, acima de tudo, são capitalistas à procura do lucro. Utilizam a concorrência de pretos e brancos no mercado de trabalho, selecionando-os de acordo com as necessidades do capital, e não do critério de raça. Usam o critério de raça somente porque favorece a exploração do trabalho, em geral, e a lucratividade, em particular.

O desemprego é estrutural e tende a aumentar, o que indica o desperdício de uma massa enorme de força de trabalho. Esse desperdício, em boa parte, recai sobre as massas negras, que por isso mesmo permanecem nos degraus mais baixos da qualificação. As forças produtivas nacionais sofrem o mal da estagnação, que é de ordem mundial. Nos momentos de impulso econômico, os capitalistas recorrem à contratação da força de trabalho negra; nos momentos de queda, os demitem, aumentando o exército estrutural de desempregados. Formou-se uma classe média negra, mas, em sua maioria, pobre ou arruinada. A sua camada mais alta se adapta perfeitamente ao racismo.

É a partir da relação de trabalho que se verifica a incidência da discriminação racial. Daí decorrem a baixa escolaridade, o estreito acesso à universidade, o diminuto ingresso nas carreiras mais bem remuneradas, e a restrita elevação na hierarquia funcional, que são ocupadas por trabalhadores

brancos. A concorrência entre trabalhadores pretos e brancos no mercado de trabalho, e a primazia dada pelos capitalistas aos brancos, bem como a diferenciação salarial, são a base sobre a qual se eleva o edifício da exploração do trabalho e do racismo. Não existe raça humana, a não ser como critério econômico, que advém da exploração do trabalho e da opressão nacional. A ideologia racial, os preconceitos e as discriminações, que se manifestam nas várias esferas da sociedade, refletem a base material da propriedade privada dos meios de produção, controlada pela burguesia branca, e pela exploração do trabalho.

A situação precária de moradia da maioria dos negros decorre diretamente do desemprego, subemprego e baixos salários. A massa de subempregados e informais empurra um grande contingente de pretos à pobreza extrema. Nota-se que a maior parte do Bolsa-Família, por exemplo, é dirigida a esse contingente. Não há, portanto, outra via, senão se aglomerar em favelas e cortiços, ou se tornarem sem-teto. As ocupações de terrenos urbanos e prédios são consequências do grau de pauperização das massas negras. Evidentemente, não se pode desconhecer que também seguem esse caminho milhares e milhares de miseráveis brancos. O problema da moradia recai, como demonstram as estatísticas, principalmente, sobre os pretos.

O Estatuto reza, no artigo 35º, que *“o poder público garantirá a implementação de políticas públicas para assegurar o direito à moradia adequada da população negra, que vivem em favelas, cortiços, áreas urbanas subutilizadas, degradadas ou em processo de degradação, a fim de reintegrá-las à dinâmica urbana e promover melhorias no ambiente e na qualidade de vida”*. Belas palavras! Nesses 10 anos de Estatuto, cresceu o número de favelados e cortiçados. As condições sanitárias de moradia continuaram precárias. O número de sem-teto aumentou.

O mesmo se passa com o palavreado sobre o acesso à terra e solução do problema dos *“remanescentes das comunidades dos quilombos”*. A informação é de que, nesses 10 anos, o orçamento, que era destinado à regularização das terras quilombolas, diminuiu em 90%, e somente 7,2% dos processos

de titulação foram concluídos. O Estado burguês responde aos interesses dos grandes proprietários de terras. Nesse exato momento, Bolsonaro patrocina a regulamentação de grandes extensões de terras, griladas pelos poderosos fazendeiros na Amazônia.

Os direitos à saúde e educação encabeçam o título II. O artigo 6º promete a *“redução do risco de doenças e outros agravos”*, por meio de *“políticas universais”*. Ou seja, *“acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde (SUS)”*. Acena, para isso, com a *“participação de lideranças dos movimentos sociais em defesa da saúde da população negra nas instâncias de participação e controle social do SUS”*. Institui uma *“Política Nacional de Saúde Integral da População Negra”*. Mais uma sigla vazia de conteúdo e de ação concreta. O SUS não comporta as necessidades da população negra e branca, pobre e miserável. O problema da saúde começa pela impossibilidade de sustentar a família de acordo com as necessidades vitais. O salário mínimo e os ganhos abaixo do mínimo de fome e a insalubridade das favelas e cortiços são a causa primeira das doenças e, principalmente, da mortalidade infantil. Não há sistema de saúde, por mais perfeito que seja, capaz de proteger a saúde da maioria nessas condições. É claro que o SUS sucateado colabora ainda mais para a proliferação das doenças e das mortes. O artigo 7º sobre a *“participação de lideranças dos movimentos sociais”* e *“controle social do SUS”* é um meio de submeter os movimentos à política de Estado. É uma ilusão que a participação de lideranças negras no SUS e outros organismos estatais servirá para concretizar medidas de combate à discriminação. O que vimos é a utilização dos movimentos pelas lideranças para fins eleitorais e assistencialismo.

Sobre a educação, a seção II abre com o artigo 11º. *“Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil (...)”*. Prescreve a inclusão desse estudo histórico no currículo escolar. Nos *“cursos de formação de professores temas que incluam valores concernentes à pluralidade étnica e cultural da sociedade brasileira”*. O Estado *“apoiará ações socio-educacionais realizadas por entidades do movimento negro, que desenvolva*

atividades voltadas para a inclusão social...”. E conclui que “*o poder público adotará programas de ação afirmativa*”. Com essas generalidades, o Estatuto expressa a tese reformista, de que o racismo será combatido por meio da educação e repressão. O essencial é que enormes contingentes de crianças e jovens negras permanecem analfabetas ou semianalfabetas. Da parcela que conclui o ensino médio, um pequeno número adentra ao ensino superior. Essa realidade crua é consequência do desemprego, subemprego, baixos salários e pobreza extrema. Corresponde também à pequena faixa de negros que alcança a classe média, não conseguindo, porém, concorrer com a imensa classe média branca, quanto ao acesso à universidade. Em relação às ações afirmativas, a principal delas, nesse sentido, indica a adoção do critério de cotas. Em meados dos anos 2000, já no governo Lula, se colocou o recurso das cotas raciais para as universidades. Em 2012, dois após a vigência do Estatuto, foi aprovada a Lei das cotas. Essa “ação afirmativa” não mudou, substancialmente, o bloqueio do acesso de negros ao ensino superior. Em 2011, apenas 9% de negros prosseguiram os estudos; em 2019, 18%, segundo o IBGE. Apesar de dobrar em 8 anos, continua pequeno o número de acessos.

No capítulo IV, artigo 53º, é reconhecido que a polícia é um fator de discriminação racial. Diz: “*O Estado adotará medidas especiais para coibir a violência policial incidente sobre a população negra*”. Prevê a “*ressocialização e proteção da juventude negra em conflito com a lei e exposta a experiências de exclusão social*”. Pretende-se “*coibir atos de discriminação e preconceito praticados por servidores públicos (...)*”. De boas intenções o inferno está cheio, como diz o ditado popular. As pesquisas mostram que, qualquer que seja o período investigado, os homicídios e os assassinatos pela intervenção policial recaem em maior número sobre os negros. Em 2019, por exemplo, as mortes pelas armas da polícia, no Rio de Janeiro, corresponderam a 78% de negros. O racismo incrustado na corporação policial é parte do racismo geral, que advém da sociedade de classes. Ocorre, porém, que a taxa de criminalidade incidente sobre uma parcela de negros, principalmente, da juventude, assinala as condições de pobreza e miséria das

massas negras, amplamente demonstradas. Há uma interdependência entre o racismo policial e a miserabilidade de imensas camadas negras.

O Estatuto é uma peça impotente, diante do racismo estrutural, histórico. Isso em geral. Nas condições de crise econômica e desintegração do capitalismo, o racismo, em todas suas variantes, é potenciado, principalmente, no que se refere à violência policial contra os negros. Conceitos reformistas como “inclusão social”, “reparação histórica” e “ações afirmativas” não se sustentam na sociedade regida pela divisão de classes e, portanto, pela polarização entre a pobreza e miséria da maioria, e a farta riqueza concentrada em poder da minoria. É obrigatório não perder de vista que a grande maioria de trabalhadores brancos também padece dos males dessa polarização, embora não tenha de suportar a violência racial. Os negros no Brasil constituem um pouco mais da metade da população, o que potencia e escancara o racismo. A outra metade de brancos se diferencia, porque abriga uma imensa classe média. As camadas altas da classe média branca alimentam o racismo. Não podem admitir o avanço da classe média negra. O racismo dificilmente se sustentaria, sem o concurso da pequena burguesia branca. O reconhecimento do peso social do racismo pelo Estado burguês, e as medidas de “ações afirmativas”, indicam a necessidade de abrir válvulas de escape para a ascensão de uma camada de negros à condição de classe média, e limitar minimamente a discriminação, de forma que não deixe transparecer o racismo como parte da barbárie capitalista.

Limitamos essas considerações aos pontos fundamentais do Estatuto da Igualdade Racial, ficando de lado questões como cultura e lazer.

Pode-se argumentar que 10 anos é muito pouco para avaliar os efeitos do Estatuto da Igualdade Racial. Uma década de vigência parece diminuta. O que procuramos demonstrar é que não se alterou em absolutamente nada o racismo estrutural. Em particular, nesses 10 anos, se agravaram todos os indicadores econômicos e sociais, que mutilam a vida da maioria dos negros. Os fundamentos de classe do Estatuto e a orientação timidamente reformista são suficientes para

afirmar que, nas próximas décadas, a política burguesa não reverterá nada de básico do que descrevemos nessas considerações.

A crítica ao Estatuto da Igualdade Racial é uma resposta às pretensões demagógicas e hipócritas do reformismo, encarnado pelo PT. Reformismo que arrastou atrás de si boa parte das correntes de esquerda, que se reivindicam do socialismo. Lembremos que as cotas insuflaram o ânimo desses “socialistas”, e serviram de alavanca para os movimentos negros corporativos, estatizantes e eleitoreiros. Agarraram-se aos conceitos reformistas do tipo “inclusão social” e “ações afirmativas”. Concluída uma década de Estatuto, essa idealização pequeno-burguesa veio abaixo, chocando-se com a dura realidade das condições de existência da maioria negra.

Tudo se tem feito para se extrair a raiz de classe da discriminação. Mas a transformação da população escrava em proletária e camponesa miserável não tem como ser apagada da história racial no Brasil. A desigualdade estabelecida pelo capitalismo entre pretos e brancos será eliminada pela transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Essa transformação depende do proletariado, que é formado de pretos e brancos, mas que, como classe, não tem cor de pele, deve marchar unido para tomar o poder do Estado, estabelecer sua ditadura revolucionária de classe, e constituir o governo operário e camponês. As reivindicações de combate ao racismo são fundamentais para, não apenas unir pretos e brancos, mas também elevar a consciência de classe e socialista.

Debate entre petistas em torno à comemoração dos 10 anos do Estatuto da Igualdade Racial

O Instituto Lula promoveu, no dia 20 de julho, um debate virtual sobre os “10 Anos do Estatuto da Igualdade Racial”. Participaram, além do ex-presidente Lula, o senador Paulo Paim, e ex-ministros da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, como Matilde Ribeiro, Edson Santos, Elói Ferreira e Nilma Lino.

Apesar de se tratar de um palanque eleitoral, vimos a oportunidade de comentar as avaliações apresentadas por aqueles que foram os artífices do Estatuto.

Principais formulações

Lula e Paim começaram retomando o contexto da aprovação do Estatuto, mencionando que foi antecedida de 10 anos de discussões, inclusive com divergências no interior do próprio movimento negro. Não chegaram a esmiuçar quais eram essas diferenças, citando de passagem somente o tema das cotas e do fundo para a promoção de ações de combate ao racismo, aspectos que foram retirados do texto, dada a resistência de setores conservadores no Congresso Nacional. Concluíram essa explicação, dizendo que tinham consciência

de que o texto aprovado “não era o ideal”, e sim o que “foi possível aprovar”.

Edson Santos e Elói Ferreira insistiram na ideia de que a grande conquista do Estatuto foi “*trazer para o arcabouço jurídico do nosso país o instituto das ações afirmativas*”, pois, a partir desse patamar, seria possível “construir um ambiente de igualdade”. Um exemplo dado, nesse sentido, foi o fato de que a aprovação das cotas no STF, e depois a obrigatoriedade das cotas no serviço público, se ampararam, juridicamente, nas considerações favoráveis às “ações afirmativas” contidas no Estatuto.

Essas colocações, por sua vez, serviram de apoio para uma caracterização da atual conjuntura, do governo Bolsonaro, na qual “não seria possível aprovar o Estatuto”, assim como a Lei Maria da Penha, Estatuto da Juventude e outras medidas.

A seguir, os debatedores passaram a explanar outros assuntos, relacionados ao racismo. Lula lembrou a criação da Unilab (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), levantando a questão da reparação aos povos africanos por conta dos séculos de escravidão, mas falando também nas ações de colaboração “sem condescendência” empunhadas durante os governos petistas. Nilma Lino, que também foi reitora da Unilab, desenvolveu o tema falando da “cooperação sul-sul”, como uma tentativa de construir uma “relação de horizontalidade no protagonismo político” entre África e América Latina. A Unilab serviria, então, para a “formação de quadros”, entendida como a formação de acadêmicos, políticos e profissionais, no espírito da “cooperação” e “retribuição”. Nas palavras de Nilma, a preservação desse legado estaria na dependência da recuperação da “normalidade democrática”, numa alusão ao governo Bolsonaro.

Coube a Lula levantar a questão do assassinato do trabalhador negro norte-americano, George Floyd, que levou a uma enorme comoção naquele país e em outras localidades, mundo afora. O ex-presidente citou paralelamente o caso ocorrido em nosso país, de um policial que praticamente repetiu o gesto do policial estadunidense, pisando em uma mulher negra, agredindo-a covardemente, sem que houvesse, no entanto, a mesma indignação pública. Lula, então, questionou:

“será que estamos perdendo a capacidade de nos indignar?” e emendou, de certa forma já dando a resposta: “é preciso que a gente construa uma narrativa para convencer a sociedade do porquê as pessoas têm de votar num negro para deputado, vereador...”.

Martvs Chagas respondeu, afirmando que as pessoas “ficam indignadas, mas não se mobilizam”: “falta o passo seguinte” – disse. O petista sentenciou que “temos no Brasil uma cultura de violência contra a população negra que ainda está naturalizada”, mesmo “com todos os avanços que tivemos” (citou o exemplo da lei de proteção trabalhista às empregadas domésticas). “Precisamos avançar muito mais”, repetiu. O que faltou? Para Martvs, “faltou trazer essa consciência política”. Quanto à ausência de resposta em relação ao caso da trabalhadora negra agredida, que havia sido mencionada por Lula, Martvs teve de recorrer ao isolamento social, adotado durante a pandemia, para justificar o imobilismo do próprio PT, para, na sequência, dizer que o PT estava “trabalhando fortemente”, se referindo às iniciativas da sua bancada parlamentar, para discutir as “prioridades do movimento negro”, mencionando, como exemplo, a proposta de destinação de 30% do fundo partidário para os negros e, dentro desse valor, metade para as mulheres negras, empregando a lógica de que “só é prioridade se está no orçamento”.

Lula perguntou a Matilde: o que fazer para avançar? A resposta veio na forma da defesa das “ações educativas”, da “persistência” e da “preservação do que já foi conquistado”. Edson Santos se referiu, nessa questão, ao “protagonismo do Estado”, com um “olhar mais aguçado para a população mais pobre” e defendeu que é necessário “persistir nas políticas de promoção da igualdade racial”. Nilma abordou o Estatuto como uma “política de Estado”, atuando com o antirracismo “de forma sistêmica” – algo que “não existia no Brasil”.

Dessas formulações, Lula e Paim passaram a discutir o problema da Educação e, paralelamente, da proteção às religiões de matriz africana. Elói Ferreira apontou a necessidade de que o Estado cumpra o papel de “sancionar as ofensas às comunidades” que professam a fé nessas religiões. Nilma falou na necessidade de proteção. Lula retomou esses e outros

casos de violência, assinalando a necessidade de punir quem manda agredir também, evitando que a corda estoure do lado mais fraco (se referindo aos policiais de baixa patente). Foi levantado, durante o debate, a legislação que livra agentes da repressão estatal da responsabilidade penal sobre os homicídios, conhecidos como “autos de resistência”.

Nilma fala em “reeducação” e “quebra do silêncio”, lembrando que a história da população negra é anterior à escravidão, vem de um continente de uma grande riqueza, a qual foi usurpada pelos colonizadores; e vai além da escravidão. Daí a necessidade de combater a “branquitude”, entendida como o “privilégio simbólico e real de ser branco”, pois, há no nosso imaginário a ideia da superioridade dos brancos, e a “branquitude” *“reveste as pessoas brancas, mesmo pobres, de uma proteção que os negros e negras não têm”*. Nesse ponto, Nilma recupera o problema da violência policial, propondo mudanças no sistema de Justiça, modificação das hierarquias e investimento na formação de cidadãos antirracistas – citando a Lei Nº 10.639, que versa sobre a obrigatoriedade de ensino de história e cultura africana e afro-brasileira.

Lula também apontou nessa direção, afirmando que nós temos uma “elite racista” e que o racismo “está incutido na cabeça dos pobres também”. Daí, passou a um longo monólogo, sobre o quanto lutou e pretende continuar lutando em favor dos pobres.

Nossa resposta

Como se vê, há uma lógica que ordena a resposta política do reformismo petista para o problema da opressão racial, que pode ser descrita, de forma sintética, da seguinte maneira:

- 1) há uma cultura racista, que compõe um imaginário, no qual o branco é superior;
- 2) até admite-se que essa cultura tenha reflexos na economia, impedindo, por exemplo, os países ditos periféricos e regiões de se desenvolverem de forma autônoma;
- 3) os agentes desse atraso seriam as elites brancas e preconceituosas;
- 4) para romper com essa ordem, seria preciso uma política

de Estado, sendo este visto como indutor das transformações;

- 5) o conteúdo dessas transformações seriam as medidas de proteção, prevenção, educação e coerção, guiadas pelo princípio das ações afirmativas e de reparação;
- 6) para aprovar essas reformas, seria necessário modificar a correlação de forças, ou seja, eleger representantes do campo democrático-popular;
- 7) e para fazê-lo, por fim, a esquerda teria de construir uma narrativa, capaz de convencer as pessoas da justiça dessa política, sendo tal construção entendida como parte das ações de formação (conscientização e empoderamento).

Trata-se de uma formulação idealista, tipicamente reformista, profundamente legalista/pacifista e oportunista/eleitoreira. Do ponto de vista de classe, pode ser caracterizada como uma política pequeno-burguesa.

Por que idealista? Pois coloca a raiz do problema no âmbito da superestrutura ideológica, no caso, na cultura racista. De onde vem e como surgiu essa cultura? Os reformistas se livram do problema, dizendo que vem do “passado escravista-colonial” (que seria também patriarcal, patrimonialista etc.), imposta pelo europeu-branco dominador. Dizem que a nossa elite não se livrou da mentalidade escravocrata.

De fato, o racismo tem suas raízes na época colonial, em que a classe dominante era branca-europeia, e ostentava uma mentalidade cristã-escravista. O fundamental, no entanto, está em que esses aspectos da realidade material estão subordinados às relações econômico-sociais. É no grau de desenvolvimento das forças produtivas e nas relações de produção e de propriedade que encontramos a chave para compreender o quadro em que floresceu toda a superestrutura ideológica do racismo. O pré-capitalismo brasileiro se estruturou de fora para dentro, no quadro geral da acumulação primitiva de capital, entre os séculos XV e XVIII, no qual os escravos eram uma das mercadorias compradas e vendidas no âmbito do comércio Atlântico, envolvendo as costas africana e americana, além das metrópoles europeias. E é para as transformações ocorridas no final do XVIII e começo do XIX, com a Revolução Industrial e as revoluções burguesas,

que constatamos as acomodações político-sociais, que se vão processando durante o Império, passando pela independência formal do país, transformando-o em uma semicolônia, sob o jugo da Inglaterra (depois dos Estados Unidos), até chegar à extinção da escravidão e do próprio Império, com o advento da República.

Essa maneira de formular as raízes da opressão racial nos obriga a colocar em evidência as leis de funcionamento do capitalismo, aplicando-as à realidade nacional. Trata-se de verificar na história do país como as classes e frações de classe foram se forjando, como as estruturas políticas se foram modificando, e quais elementos permaneceram, de que maneira a luta de classes se manifestou em cada etapa do desenvolvimento histórico, etc. Em suma, a tarefa colocada é de aplicar a ciência marxista, que é o materialismo dialético.

Tudo isso possui uma consequência prática, afinal, por não buscar as raízes materiais da opressão sobre os negros, o reformismo petista se revela incapaz combater o racismo. A formulação idealista conduz ao equívoco de pretender erradicar a cultura racista com uma cultura antirracista. Ao empreender o choque de cultura contra cultura, não vê a tremenda desigualdade de forças que há inclusive entre elas, afinal, a ideologia dominante será sempre aquela que corresponde à classe dominante, que dispõe de todos os meios necessários para se firmar como tal (o Estado, a polícia, os meios de comunicação, a Educação, as Igrejas, etc.).

Evidentemente, não ignoramos o fato de haver entre a estrutura e a superestrutura uma interrelação, muito menos desconhecemos a importância decisiva de se travar a batalha ideológica. O problema é precisamente o fato de que não será possível impor derrota ideológica alguma à burguesia sem aplicar o marxismo, portanto, sem revelar as raízes materiais de todas as formas de opressão.

Ao cair no limbo pós-moderno da “disputa de narrativa”, negando a objetividade científica, a intelectualidade petista não faz mais do que seguir submissa à ideologia dominante – que é racista, preconceituosa, arcaica e estúpida. Essa submissão se revelou na adoção de medidas governamentais tímidas, concluindo necessariamente no reacionarismo da

política oportunista e eleitoreira. Mesmo depois de ser defenestrado do poder, em 2016, com o golpe de Estado e a substituição da ditadura civil de Temer, o PT segue alimentando ilusões entre as massas (nunca é demais lembrar que o nacional-reformismo dirige os principais organismos de massa no país) de que, elegendo os seus candidatos, será possível aplicar uma “política de Estado”, com o intuito de atenuar a violência racista (e outras) até a sua extinção. Não é capaz de explicar o motivo real para as ações aprovadas, quando o PT estava no poder, estarem sendo solapadas, desde o governo de Temer e, agora, no de Bolsonaro.

Assim, os reformistas se levantam como um obstáculo à tarefa primordial da vanguarda com consciência de classe, que é o de mostrar que o capitalismo da fase imperialista é de contrarreformas, época de guerras, revoluções e contrarrevoluções, momento de profunda agudização da barbárie. A pandemia escancarou essa face podre do domínio do capital. O cruzamento das duas crises, a econômica e a sanitária, trouxe à tona as tendências destrutivas do capitalismo em decomposição, resultado da contradição, insolúvel nos marcos do próprio sistema, entre as forças produtivas altamente potencializadas, e as relações de produção monopolistas e as fronteiras nacionais.

Nesse ponto, cumpre mencionar, de passagem, o quão sem sentido é a defesa da “cooperação sul-sul”, tal como assinalaram Nilma e Lula. A pretensão de romper o domínio imperialista, a partir de alianças comerciais e de colaboração institucional, é absurda. O próprio Lula teve de reconhecer que a sua proposta de criar um fundo para auxiliar os países mais pobres, mesmo aprovada, nunca saiu do papel. A ideia é tão esdrúxula, que o único projeto que pôde ser trazido à tona no debate foi a criação da Unilab, uma iniciativa acadêmica, assentada na excecência do Ensino a Distância (EaD). O que há de concreto é que essas poucas tentativas de “colaboração autônoma” viraram pó, ante as tendências centrífugas impostas pela crise do capitalismo.

Num quadro tremendamente regressivo como esse, postular a possibilidade de ganhar as eleições e, assim, poder concretizar as “ações afirmativas”, não passa de promessa. Nada

melhor do que se recorrer à experiência. Nesse sentido, o golpe de 2016 demonstrou, de maneira inequívoca, a impotência do reformismo. O pouco que foi permitido ao governo petista aprovar, a exemplo do Estatuto da Igualdade Racial, passou a ser demolido, e a presidente Dilma teve de ser afastada, para dar lugar a um governo puro-sangue da burguesia. A crise econômica exigia contrarreformas mais céleres e profundas, para preservar os ganhos do capital financeiro parasitário.

E aqui se situa um aspecto da história do nacional-reformismo no poder, de Lula a Dilma, que foi obviamente negligenciado por Paim, Lula e demais debatedores: a aprovação do Estatuto, em 2010, foi resultado de uma negociação, não com o movimento negro, como fizeram parecer os depoimentos contidos na “Live”, mas fundamentalmente com os partidos da burguesia, que sustentam o capitalismo, o Estado oligárquico e, portanto, o racismo. Os petistas não podem assumir que ficaram reféns das oligarquias e do imperialismo.

O que é decisivo, na avaliação dos 10 anos do Estatuto, é que a subordinação do petismo desnudou a sua total incapacidade para encarar o problema do racismo de frente. Mais do que isso, acabou conduzindo a posições reacionárias, como testemunham pelo menos duas defesas feitas durante a “Live”: uma delas, por Nilma, de que o Estado deveria proteger os terreiros, apresentando a medida como uma forma de garantir um tratamento “equitativo” em relação às Igrejas cristãs, quando deveria sustentar, como democratas que são, a defesa do Estado laico, com a total separação entre Igreja e Estado. O problema não está em exigir igualdade no apoio do Estado às igrejas, incluindo aí os terreiros. A luta democrática pressupõe acabar com todo e qualquer vínculo da religião com o Estado.

A outra fala claramente capituladora foi de embelezamento do aparato repressivo do Estado. Lula chegou ao absurdo de dizer que o problema está em que os policiais são “despreparados”, defendendo, em um debate, cujo tema era o racismo, a melhoria do aparato repressivo do Estado. Ora, é a maioria negra quem mais sofre com a repressão. A oposição à legislação dos chamados “autos de resistência”, que não passam de uma brecha legal para livrar os policiais de qualquer pu-

nição pelas execuções, comparece, dessa maneira, como um remendo hipócrita na política que é, de fato, de sujeição ao Estado burguês e seu braço armado.

Fazem parte da política reformista esses reparos demagógicos, que comparecem, às vezes, com um verniz democrático, humanitário e popular. É o que se vê com o próprio Estatuto da Igualdade Racial. Segundo os debatedores da “Live”, o texto sancionado pelo governo petista não foi o passo que era almejado, mas que, mesmo assim, representou um pequeno avanço. Aqui, o reconhecimento da sua limitação serve tão somente de adereço cínico. Na verdade, usam os acréscimos posteriores (como as cotas) para “provar” que esse caminho teria sido o mais “realista”, e que caberia ao movimento negro “acompanhar” – como disse Lula.

Desse modo, a “narrativa” que os petistas pretendem estabelecer é a de que seria possível conquistar o desenvolvimento nacional por meio do acúmulo de reformas parciais. Eis por que, se essa obra histórica agora se encontra parada, é porque Bolsonaro quer pôr abaixo o que já foi construído (e quer mesmo). Portanto, para retomar a construção, o que é necessário? Reconduzir o PT à presidência. A queda em 2016 comparece, nessa explicação, como um acidente de percurso. Teria expressado o inconformismo das “elites” com as realizações, supostamente, transformadoras dos governos petistas.

O certo é que a interrupção da experiência com o nacional-reformismo no controle do Estado se manifestou como conclusão do programa petista de democratização do Estado, distribuição de renda e promoção da igualdade racial, de gênero, etc. Sob o capitalismo em decomposição, as reformas estruturais não são possíveis, e o reformismo se revela como instrumento de contenção da luta revolucionária dos explorados.

Uma das conclusões do balanço dos 10 anos do Estatuto é que o movimento negro e dos explorados, de maneira geral, precisam se livrar do cabresto do reformismo e de sua burocracia corrompida. É preciso varrer essa política dos organismos de massa, como sindicatos, centrais e movimentos. Os reformistas cumprem o papel de correia de transmissão dos interesses da burguesia junto aos oprimidos. Devem ser desmascarados no interior do movimento.

Essa luta passa pela defesa das reivindicações mais sentidas, fazendo a ponte com as bandeiras estratégicas do proletariado, classe que deve dirigir uma poderosa frente única anti-imperialista. No momento, o ponto de partida deve ser a resposta imediata à pandemia, empunhando um plano de emergência, principalmente em defesa dos empregos, salários, direitos e condições sanitárias. É nessas condições que se evidencia o quadro de pobreza e miséria, dos trabalhadores e da juventude negra. O princípio que deve guiar a luta antirracista e contra todas as formas de opressão deve ser o da independência de classe. Os explorados acertarão contas com a chaga do racismo, no combate à burguesia, empregando os métodos da luta de classes.

Anexos

Declaração do Partido Operário Revolucionário sobre as cotas

Sobre as cotas para ingresso na universidade

Massas 445 – 25 de novembro de 2012

A transformação do Projeto de Lei 180/2008 em Lei 12.711/2012 pelo governo federal concluiu o longo processo de adoção do critério de cotas para o ingresso na universidade e no ensino técnico públicos. Foi necessário, inclusive, o reconhecimento do Supremo Tribunal Federal quanto à sua constitucionalidade.

O problema agora está em como fazer valer a Lei, que sofre críticas e resistências também de parte da burocracia universitária. Dizemos também porque não foram poucos os adversários do sistema de cotas, entre eles a grande imprensa e setores dos partidos burgueses. Além da aplicação da Lei, se apresenta o problema de como garantir a permanência dos estudantes pobres, negros e índios na universidade.

Pode-se dizer que, com a sanção da Lei e sua publicação, para fins legislativos, está superada a etapa de discussão política e ideológica. Não está, no entanto, para fins práticos. O que quer dizer que as divergências e diferenças políticas e

ideológicas continuarão a vigorar, sob as novas condições.

O movimento estudantil está, agora, diante da aplicação da Lei e das garantias que os cotistas terão para ir até o final dos estudos. O critério de cotas raciais, étnicas e sociais não resolverá a marginalização da maioria da juventude oprimida dos estudos universitários. Não modificará em nada o caráter de classe do sistema educacional. Não tocará nos privilégios dos filhos da burguesia e da classe média alta. O acesso de um pequeno contingente de filhos da classe operária, dos camponeses pobres (incluem os índios) e da classe média arruinada não alterará significativamente a composição social da universidade. A “inclusão” de um escasso contingente de negros e índios não modificará a cor social dos campi universitários, que são compostos por esmagadora maioria branca, porque a classe burguesa é quase que exclusivamente e a classe média quase que inteiramente branca.

O governo do PT assumiu e impulsionou o movimento de cotas iniciado sob o governo de Fernando Henrique Cardoso. O seu fundamento é que não se trata de luta de classes, mas de justiça e reparação histórica à tragédia vivida pelos negros e indígenas, que, por carregarem a escravidão colonial, não puderam ser incluídos no desenvolvimento da sociedade.

O fato de as campanhas de “inclusão social” e “reparação de injustiças” sensibilizarem as massas e, assim, cumprirem um importante papel nas eleições obrigaram a maior parte dos partidos da burguesia a apoiar a adoção de cotas. A votação no Congresso e a sua confirmação no Supremo resultaram em uma vitória política dos defensores. O que não pode ser confundida como vitória dos explorados negros e brancos, e dos indígenas oprimidos.

A maioria explorada e a juventude não saíram ao combate pelas cotas. Uma das razões é que não se tratava de uma bandeira de defesa geral do acesso à universidade. Boa parte das discussões e conflitos de posições contra e a favor ocorreu no seio das instituições do Estado, da burocracia acadêmica, dos tais dos especialistas e dos meios de comunicação. Os reformistas, estalinistas e as esquerdas centristas apresentam a sanção da Lei como uma vitória dos explorados e oprimidos. É preciso desmascarar essa avaliação.

O sistema de cotas para a universidade não afeta os interesses da burguesia e da alta classe média. Eis por que foi consagrado em um processo legislativo e judiciário sem a intervenção das massas em luta. As cotas não passam de uma pequena concessão do Estado e da classe burguesa, conduzida pelo governo do PT/PMDB. Mesmo assim, tudo indica que não será fácil concretizá-la.

Haverá luta para que se viabilize? O movimento estudantil deve realizar um balanço crítico e não assumir o sistema de cotas como parte de seu programa, mas exigir do governo e da burocracia que o cumpra. A bandeira da juventude oprimida é a do acesso a todos ao ensino em todos os níveis.

Adaptação da lei de cotas

O sistema de cotas sancionado pela presidente Dilma Rousseff tem como condição básica que os cotistas curse integralmente o ensino médio em escola pública. As instituições federais de ensino superior e de ensino técnico médio estão obrigadas a reservar 50% de suas vagas, sendo que 25% serão destinadas aos estudantes negros, pardos e indígenas e 25% aos estudantes cujas famílias alcancem a renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo. Em quatro anos, as instituições federais terão de cumprir integralmente a lei. Pelo menos 25% devem ser implantados a cada ano.

Não se trata, portanto, apenas de cotas para negros e índios, mas também para brancos paupérrimos. Essa foi a forma que o governo encontrou para acomodar posições. Uma parcela dos críticos não se referia aos critérios de cotas, mas às cotas raciais e étnicas. Estavam a favor de cotas, mas “sociais”, definida, assim, pela renda.

Ocorre que o movimento de cotas surgiu como racial, copiada dos Estados Unidos e apoiada por instituições norte-americanas sob o rótulo de ações afirmativas. A primeira ação nesse sentido ocorreu em 2001 por iniciativa do governo do Rio de Janeiro, com a Lei estadual 3.708, que estabeleceu 50% das vagas na Universidade do Rio de Janeiro e na Universidade Estadual do Norte Fluminense. Seguindo essa linha, a Universidade Federal de Brasília adotou a cota racial para 20%

das vagas. Agora, no momento em que a Lei é sancionada, 81 universidades públicas praticam algum tipo de cota.

Os protagonistas das cotas raciais se apóiam na tese de que se trata de questões distintas. Uma situação é a dos negros que sofreram com a escravidão e que pagam por ela até hoje com a exclusão racial. Outra, é a dos pobres e miseráveis brancos. Os promotores das cotas étnicas também acham que “a pauta das ações afirmativas não pode ser a mesma para todos os ditos “excluídos”. Assim, racial é racial, étnico é étnico e social é social. Uma vez que se trata de diferentes exclusões, deveriam ser confinadas em suas especificidades.

A solução salomônica de Dilma Rousseff foi a de garantir 25% para cotas étnico-raciais e 25% para as sociais (uma parcela dos negros pobres que não entrar pela racial poderá se valer da social). Como se pode observar, a questão dos negros e dos indígenas foi posta à margem da divisão em classes do Brasil e de seu desenvolvimento capitalista semicolonial. Os tardios defensores das cotas sociais a levantaram como obstáculo às cotas raciais. Consideram a pobreza e miséria uma simples questão de renda e não de opressão de classe.

O que mudará

Estima-se no Censo da Educação Superior que as universidades federais oferecem 222.126 vagas. O que quer dizer que, se a Lei for integralmente aplicada, 111.063 vão para as cotas. Negros e indígenas, com 55.531.

Os cotistas consideram uma grande vitória, uma vez que dessas 222.126 vagas somente um pouco mais de 8 mil eram reservadas a negros e índios. Dizem que terá “um grande impacto inclusivo nas instituições federais de educação e será determinante para diversificar as elites brasileiras nas próximas gerações.”

Afirmção tão exitista como essa deixa transparecer a ilusão de se conformar uma elite burguesa e pequeno-burguesa negra, capaz de contrabalançar o peso esmagador da burguesia branca e de sua elite pensante, tecnocrática, política etc. Essa senda otimista expressa a emersão de uma camada negra para a classe média, em cujo seio destacam intelectuais,

professores, advogados, profissionais liberais e politikeiros. Tal camada e seus representantes se distanciam da esmagadora maioria de pobres e miseráveis do país, na qual a maior parcela é de negros.

O fundamento das cotas é seletivo. Portanto, não responde à opressão social, racial e étnico, indissolúvel nas relações de produção, distribuição e exploração do trabalho. A universidade é apenas uma das instituições da burguesia que expressa a seleção social. E como tal as camadas negras da população oprimida são as que mais sofrem a opressão classista.

O Censo da Educação Superior de 2011 indicou que apenas 14,6% dos jovens cursavam o ensino superior, em termos absolutos perfaziam 6,7 milhões. Evidentemente, a esmagadora maioria dos universitários se constituía de jovens burgueses e de classe média abastada. Dos jovens considerados pelas estatísticas como mais pobres (pertencentes aos 20% da população de baixa renda), apenas 4,2% cursavam a universidade. Dos 51,7% da população formada de negros, pardos e indígenas, tão-somente 8,8% de negros e 11% de pardos conseguiram galgar o ensino superior. Do contingente de jovens brancos, 25,6% estavam nas universidades e faculdades.

O que indicam esses números? Indicam que a grande maioria de jovens negros, brancos e indígenas não teve acesso. E por quê? Porque a condição determinante é de que fazem parte da classe operária, do campesinato pobre, da classe média arruinada e dos indígenas oprimidos. A discriminação racial existe – persiste o odioso racismo –, porém está condicionada pela situação de classe e não o contrário.

O racismo é mais violento, quanto mais pobre e miserável forem os negros. O mesmo se pode dizer dos preconceitos contra os nordestinos no Sul/Sudeste. Os defensores das cotas se negam a ir às profundezas das determinações da opressão e deformam a questão racial, tratando-a como se fosse de bloqueio à ascensão de uma restrita camada da pequena burguesia negra que tem se constituído nas últimas décadas.

Uma das atitudes reprováveis dos defensores de cotas, tidas como a via de democratização da universidade – é a de ocultarem o papel do ensino privado e de capitularem diante do avanço da mercantilização. Não há democratização algu-

ma com a Lei das cotas. Dos ultrarrestritos 6,7 milhões de universitários, 4,9 milhões pagam seus estudos (uma pequena parcela é bolsista do ProUni) e somente 1,3 milhões estão nas públicas. Assim, 73% das matrículas pertencem a empresários. Somente 111,1 mil se formam anualmente nas universidades federais, 107,2 mil nas estaduais e municipais públicas, enquanto que nas privadas e confessionais (que são privadas) somam 798,3 mil. Como se pode falar de democratização, simplesmente porque cerca de 100 mil estudantes negros, índios e pobres terão acesso por meio de cotas (sem saber se conseguirão se manter)? E os 85,4% de jovens entre 18 e 24 anos que nunca poderão continuar os estudos?

Os defensores de cotas e o governo petista entendem por “democratizar a universidade” a criação de escassa oportunidade para uma ultraminoria de pobres, entre eles negros e índios nas instituições públicas que detêm apenas 27% das matrículas. Trata-se de uma máscara à política privatista da educação. Os protagonistas das cotas se mostram atados à coexistência do ensino público com o privado, em cuja relação predomina o privado. Ludibriam com a tese da reparação histórica aos negros e índios – ou com a tese de que mais pobres na universidade, maior chance de vencer na vida – e colaboram com a preservação do sistema privado de ensino.

Adaptados ao capitalismo

Nenhuma Lei de cota tocará no essencial da opressão sobre a maioria negra pobre e sobre a população indígena. O movimento negro pequeno-burguês teve o mérito de tornar as denúncias contra o racismo em uma questão política nacional. Pôs em evidência o que se passa no seio da sociedade. Para defender a tese da reparação histórica e a via das ações afirmativas, teve de demonstrar a brutal exclusão do jovem negro das universidades, dos cargos públicos, etc. Nada, porém, que fosse tão desconhecido.

O fundamental está em que entre as condições de existência da população negra e a solução das cotas há um abismo intransponível. Trata-se de uma resposta social e política que conserva a opressão. As cotas e as ações afirmativas são ins-

trumentos de consentimento à continuidade do racismo. Não apenas não serve para combatê-lo como se prostra diante de sua reprodução.

A tese de que com as cotas se estaria contrapondo ao desenvolvimento social concentrado em poder da minoria branca, permitindo a mobilidade social e distribuição de renda mais equitativa, é absurda. Basta ver a experiência nos Estados Unidos, fonte de inspiração e financiamento de parcela do movimento negro, por meio da Fundação Ford. As massas negras, de maioria pobre e miserável, constituem, como dissemos, o proletariado e os camponeses oprimidos. Estão na base do funcionamento do capitalismo. Nenhum sistema de cotas, por mais ampla que seja, atingirá a concentração de riqueza controlada pela classe capitalista branca, sob a qual se encontra a classe média branca.

É justa a crítica de que o argumento burguês do “mérito” para ingressar na universidade e nos serviços públicos – ambos exigem prova de seleção – serve aos interesses de uma minoria que está em posição de vantagem. Colocar desiguais sob o mesmo critério é uma burla do mérito. Mas essa burla é praticada contra todos os pobres e miseráveis, sejam eles negros ou brancos. Um dos graves erros do movimento cotista é o de separar negros e brancos explorados, pobres e miseráveis.

Ao fazer uma divisão racial no seio da classe operária, dos camponeses e da classe média arruinada, se fortalece os meios discricionários da burguesia, entre eles a seleção para ingresso na universidade. Basta rever os dados acima apresentados pelo Censo do Ensino Superior. As cotas não vão “igualizar na partida os desiguais e promover a justiça, democracia, valorização e reconhecimento dos negros na construção, enriquecimento e grandeza de nosso país” – como preconiza o reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, José Vicente. As cotas permitirão a uma pequeníssima minoria se utilizar de um recurso excepcional consentido pelo Estado burguês para furar o bloqueio das provas.

A ampliação da escassa classe média negra é o objetivo dos defensores das ações afirmativas. As famílias negras que podem pagar escolas particulares estão em situação distinta das famílias negras pobres e mais próximas das famílias brancas

de classe média que se valem do vestibular para ingressar na pública ou privada. O Sr. José Vicente aspira que os negros sejam reconhecidos como construtores e enriquecimento do País. A quem é dirigido o pedido? À burguesia branca e aos seus representantes no Estado. Ai está explícito o servilismo pequeno-burguês e, portanto, o reacionarismo.

Ocorre que a burguesia não tem por que não reconhecer o quanto os escravos negros foram oprimidos. Proliferam pesquisas acadêmicas e livros condenando o passado escravocrata do Brasil colonial. Não há problema em se reconhecer que até hoje se arrastam heranças desse passado odioso. Até o Supremo Tribunal Federal (STF), que conta apenas com um juiz negro, resolveu lamentar as injustiças contra os negros, párias da sociedade. A Lei 12.711/2012 também faz parte desse reconhecimento exortado pelo reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares.

Para que serve esse circo de reconhecimento? Para o Estado fazer uma pequena concessão desmoralizante para um pequeno número de negros. O governo do PT exibirá ao País e ao mundo que aqui se tem políticas afirmativas, que de 8 mil negros que cursavam as universidades federais saltarão para 50 mil, em um universo de 1,03 milhão nas públicas e 4,9 milhões nas privadas.

Não se trata de pedir nenhum reconhecimento aos exploradores, mas de lutar para lhes impor as reivindicações e avançar o movimento das massas para acabar com o capitalismo.

A população negra e miscigenada forma a maioria da população oprimida. A que classes pertencem? De escravos no sistema colonial pré-capitalista, passaram a trabalhadores livres em condições de extrema pobreza, prontos para vender a qualquer preço sua força de trabalho. Muito lentamente uma limitada parcela foi se integrando à pequena-burguesia rural e urbana. Na raiz da classe operária brasileira está a mão de obra negra. Por sua vez, a classe capitalista tem suas raízes nos senhores de escravos brancos. O escravismo colonial foi uma forma pré-capitalista de exploração do trabalho, que ce-
deu lugar à forma capitalista.

É desse processo histórico que se manifestam as formas de opressão sobre os negros. As diferenças raciais nas rela-

ções de trabalho e da vida social entre explorados brancos e negros é uma criação dos exploradores. O racismo é fruto da divisão de classes da sociedade. A classificação racial do homem é uma falsificação ideológica a serviço da exploração do trabalho e da opressão sobre povos. Os defensores das cotas insistem na existência de raças, negando-se a ver que o racismo é produto da dominação de classe.

Os cotistas rechaçam com razão a farsa da democracia racial, mas capitulam ao procurar criar uma verdadeira democracia racial por meio de cotas. Capitulam porque reproduzem a divisão burguesa racial e porque colocam a população negra fora das classes sociais. E aqueles que combatem o critério de cotas com o argumento de que a Constituição de 1988 consagra direitos universais sem distinção de raça, credo, etc. cumprem o papel de acobertar o racismo que emana dos proprietários dos meios de produção.

Vencer a opressão

As discriminações raciais são evidentes, embora não legisladas: salários diferenciados, contratação preferencial de brancos, discriminação policial, judicial e perseverança dos preconceitos. A luta pela igualdade se materializa na luta contra todas as formas abertas ou dissimuladas de diferenciação racial. Trata-se de um combate geral de todos os explorados, não somente de uma pequena parcela da pequena burguesia.

Não obstante, há que ter claro que não é possível erradicar o racismo sob o capitalismo e conquistar a igualdade. As reivindicações contrárias ao racismo fazem parte do programa do proletariado, que se contrapõe à exploração do trabalho e à dominação burguesa.

A opressão sobre os negros não se restringe ao Brasil. Sabemos perfeitamente que nos Estados Unidos o racismo continua, embora a burguesia tenha atendido parte das reivindicações do movimento democrático dos negros. Na África do Sul, o governo negro serve à burguesia branca e, assim, todo ideário de igualdade do CNA é letra morta. Não se pode desvincular a perpetuação da opressão sobre os negros em to-

das as partes do domínio mundial imperialista, que se seguiu ao domínio colonialista. Eis por que a África negra continua completamente subjugada.

A luta contra o racismo não é consequente se não for anticapitalista e antiimperialista. O movimento institucional pelas cotas se inspirou justamente na maior potência, os Estados Unidos, que mantém as nações negras sob violenta dominação.

Não por acaso seus defensores têm horror à luta de classes. Dizemos o contrário, o movimento da classe operária terá de confluir com o programa da revolução social: tomada do poder, instalação de um governo operário e camponês, expropriação da classe capitalista e implantação da propriedade coletiva dos meios de produção.

Os milhões de negros e brancos submetidos à escravidão moderna capitalista, como uma só força de maioria nacional, sob a direção política do proletariado, tomarão conta da economia, da política e da vida social. Esse passo revolucionário dará início à eliminação de toda forma de discriminação.

Particularmente, em relação à educação, a tarefa é a de lutar desde já pela estatização do sistema privado, constituição de um sistema único público, gratuito, controlado por quem ensina, estuda e trabalha, vinculado à produção social. Uma das reivindicações da juventude é a do fim dos vestibulares e do livre ingresso na universidade. Ao contrário de se formar uma elite negra ao lado da elite branca, como apregoam os cotistas, a tarefa é a de acabar com todo tipo de privilégio e concretizar o objetivo histórico de dissolver as classes na sociedade comunista.

20 de novembro

“Dia da Consciência Negra”

Massas 488 – 16 de novembro de 2014

Não faltam leis, nem campanhas governamentais objetivando acabar com o racismo. Se dependesse do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) e da criminalização do racismo, já não haveria a odiosa discriminação que marca as relações sociais desde a escravidão. É preciso também considerar que tem havido esforço institucional, no período dos

governos petistas, de estabelecer determinadas condições de proteção a uma parcela da população negra. É o caso da lei de cotas raciais que faculta o acesso à educação e da legislação que tornou obrigatório a introdução do ensino de “História e Cultura Afro Brasileira” no currículo escolar.

Nota-se que na última década a questão racial se tornou um destacado tema político. Questão que foi abordada pela crítica cultural, pela ação judicial e por medidas de políticas “reparadoras”. De conjunto, a campanha pela igualdade e inclusão racial por meio de “ações afirmativas”, que expressa uma política de Estado, objetivou reduzir progressivamente a opressão sobre o negro.

Tudo indica que a ofensiva reformista em prol dos negros tenha sido a maior e mais vigorosa que o país já conheceu. Isso se explica pela necessidade do capitalismo de potenciar a classe média à qual ascendeu uma parcela da população negra. Havia de ampliar e consolidar esse acesso por meio de “ações afirmativas”.

Sobre essa base material, desenvolveu-se a crítica política e cultural ao racismo. Organizaram-se os movimentos em torno da implantação de uma política de Estado voltada à proteção da população negra, que na realidade não foi além de uma camada de classe média. A grande maioria não sentiu uma alteração substancial da discriminação. Pelo contrário, o agravamento da crise capitalista leva ao aumento de todas as formas de opressão, incluída a racial. O crescimento dos assassinatos de negros e pobres na periferia atesta isso.

Pode-se concluir que o resultado da enorme campanha nem de longe tocou nas raízes do racismo e não foi capaz de universalizar os efeitos das leis voltadas à “promoção da igualdade racial”.

Não por acaso, os reformistas querem que o novo governo de Dilma Rousseff avance em novas medidas e na aplicação das já estabelecidas. O fato é que pouca aplicabilidade tiveram as leis antirraciais.

A explicação de que aos poucos a “sociedade” vai assimilando as “ações afirmativas”, mudando a mentalidade racista e admitindo a “cidadania” como um valor universal não tem sustentação material. A opressão sobre o negro não se origi-

na na pigmentação da pele. Não tem a ver com a diversidade natural.

É-nos bem conhecida a absurda tese de que a raça branca é superior às demais, sobretudo em relação à negra. Essa farsa ideológica, mascarada de científica, não teve sustentação. O que não quer dizer que tenha sido abolida na prática.

A burguesia é formada por uma minoria branca. O poder econômico lhe dá uma posição social de superioridade. Não precisa de uma teoria sobre a inferioridade dos negros. Os exploradores capitalistas chegaram à conclusão de que quanto mais se afastarem das raízes sociais do escravismo melhor será para sustentar a dominação burguesa. Para isso, têm seus “cientistas sociais” e toda sorte de reformistas.

Não é conveniente para os exploradores que se evidenciem as raízes econômicas e de classe do racismo e da discriminação. A crítica deve se ater à cultura, à mentalidade atrasada e às heranças de um passado que já não mais existe.

Por onde começar a luta contra a discriminação racial?

Sem dúvida, o ponto de partida está na exploração do trabalho. Os negros recebem menos que os trabalhadores brancos e ocupam as profissões fisicamente mais desgastantes e embrutecedoras. A maior taxa de desemprego se verifica entre a população negra. Mais de 50% dos brasileiros são negros. É nessa maioria que se concentram gigantescos bolsões de miséria e vasta pobreza. É claro que milhões de trabalhadores brancos não vivem em melhores condições.

Não há como combater o racismo, portanto, sem combater a exploração do trabalho. No entanto, os reformistas e burocratas sindicais que tanto discursam sobre as “ações afirmativas” se negam a organizar a luta partindo de reivindicações como a de trabalho igual, salário igual; salário mínimo vital de acordo com as necessidades da família operária; emprego a todos, aplicando a escala móvel das horas de trabalho. Combatem com as armas da democracia burguesa a necessidade da revolução proletária, da aliança operária e camponesa e da estratégia da ditadura do proletariado. Desviam as reivindicações dos explorados, entre elas as do fim da discriminação racial, para o parlamento oligárquico e para as disputas eleitorais.

É preciso identificar claramente as causas e as consequen-

ências que colocam a maioria negra nas piores condições de existência.

Dada a brutal exploração e diferenciação racial, os negros arcam com a maior taxa de analfabetismo e com a baixa escolaridade. As prisões estão superlotadas de negros. São eles as grandes vítimas de assassinatos. Sua expectativa de vida é menor que a dos brancos. Mostra a estatística que a possibilidade de um jovem negro ser assassinado é 3,7 vezes maior do que o jovem branco. Essas consequências não podem ser tomadas isoladamente e desvinculadas das causas primárias. A burguesia, suas instituições e seus porta-vozes estão obrigados a divulgar essas medonhas estatísticas. Usam-nas para ocultar a exploração do trabalho e a opressão exercida pela minoria branca burguesa sobre a maioria nacional oprimida. Querem fazer crer que o país está vencendo o preconceito, adotando leis antirraciais e promovendo campanhas culturais de inclusão social. Aos exploradores não custa nada usar as cotas para “incluir” uma minoria às universidades, aos meios de comunicação, etc. Custaria muito se fossem obrigados a equiparar os salários dos negros aos dos brancos. Se tivessem de garantir emprego a todos e um salário mínimo vital. Desde que não se toque na exploração do trabalho e em seus lucros, a burguesia pode se dar ao luxo de parecer civilizada e magnânima. Mesmo assim não faltam vozes contrárias a qualquer pequena concessão à classe média negra.

O dia da “Consciência negra” é uma das concessões que não custam nada e que abrilhantam o país com a máscara da igualdade e da cidadania. Deve ser usado pela classe operária para defender o fim das discriminações que começam na compra da força de trabalho pelos capitalistas e sua utilização na produção social. Para isso, é necessário rechaçar o reformismo burguês e pequeno-burguês. Levantar a bandeira proletária de unidade de negros e brancos explorados. Denunciar o racismo e as discriminações como produtos da sociedade de classes. Lutar pelo fim do racismo, transformando o capitalismo em socialismo. A nova sociedade sem classes será uma sociedade sem nenhum tipo de opressão e de discriminação.

Pelo fim da discriminação salarial entre negros e

***brancos – trabalho igual, salário igual!
Erradicação da miséria – salário mínimo vital e
escala móvel das horas de trabalho!
Fim das arbitrariedades policiais e judiciais
contra os negros – desmantelamento da polícia e
armamento popular!
Unir os trabalhadores negros e brancos como uma só
força contra a exploração do trabalho!***

O fim do racismo e de todo tipo de discriminação serão alcançados com a revolução social e a construção do socialismo

Massas 510 – 15 de novembro de 2015

Não se pode lutar conseqüentemente contra a opressão sobre os negros sem que se tenha por fundamento e objetivo histórico de destruição da sociedade de classes. Quanto mais clara for a estratégia revolucionária do combate às discriminações, mais se potencializará a defesa das reivindicações parciais e imediatas. Quanto mais as massas negras oprimidas tiverem a consciência de que o racismo é uma das manifestações da opressão capitalista, procurarão fortalecer o movimento geral dos explorados. E quanto mais as reivindicações fundamentais se chocarem com os interesses da burguesia, mais fica claro que as conquistas serão arrancadas e conservadas por meio da luta de classes. O contrário também é verdadeiro. Quanto maior a ilusão de que é possível encontrar a igualdade no capitalismo, mais se dissimulará o racismo e sua perpetuação.

A burguesia se viu na contingência de reconhecer formalmente que a ideologia racial era insustentável. Os negros formam a maioria da população. Uma parcela deve ser incorporada ao mercado consumidor. É imprescindível para a sobrevivência do capitalismo que se amplie ao máximo a participação dos negros na classe média. De maneira que a

velha doutrina racial há algum tempo foi reconhecida como ultrapassada diante da ascensão social, ainda que vagarosa e ultralimitada, de negros de classe média. Porém, não faltaram disfarces, como o da democracia racial e da igualdade de raças, para ocultar a real situação da maioria.

A escravidão negra e as suas heranças conservadas pelo capitalismo, que, finalmente, substituiu o sistema colonial, passaram a ser estudadas nas universidades. As explicações raciais de pensadores a serviço da burguesia brasileira branca e racista puderam ser questionadas e bombardeadas. As universidades, portanto, passaram a refletir uma adaptação da própria burguesia, que, por sua vez, refletia o desenvolvimento do capitalismo e das relações entre as classes.

Importantes progressos se fizeram com a crítica e rejeição à doutrina racial edificada pela burguesia colonialista. Chegamos ao ponto de o Estado admitir a criminalização dos atos individuais de racismo. Criou-se a Secretaria de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial, como força de ministério. A política burguesa se tornou permeável a teses como as das “ações afirmativas” e “reparações históricas”. O Congresso Nacional aprovou a lei das cotas para os negros. A burguesia consentiu, inclusive, que houvesse o “Dia da Consciência Negra”. Enquanto não servir de canal para a luta de classes, será motivo para todo tipo de demagogia sobre a democracia plurirracial e direitos humanos.

Entre a crítica progressista da academia e as medidas reformistas do Estado burguês, no entanto, há uma grande distância. Uma pequena camada de negros da classe média serviu de experiência para tal política integracionista. O “movimento negro” organizado em torno das “ações afirmativas” não se importou com tamanha limitação e com a situação humilhante dos cotistas. Julgava que uma vez dado o primeiro passo se daria o segundo, o terceiro. Constata-se que as cotas sequer foram universalmente aplicadas.

Há quem avalie que os negros passaram a ser mais valorizados com sua luta pelas ações afirmativas. Pode ser que sim, mas, no caso, para a burguesia que tem interesse na ascensão de negros para a classe média consumidora. As massas profundamente oprimidas continuam a comer o “pão que

o diabo amassou”. Os negros não formam apenas a maioria da população, formam também a maioria mais oprimida entre todos os oprimidos. É imprescindível não perder de vista os milhões de brancos pobres e miseráveis, que sofrem outro tipo de discriminação. Somente a unidade dessa imensa maioria oprimida, sob a direção da política operária poderá fazer frente ao racismo e derrubar o sistema de opressão de classe e de discriminações sociais.

A política burguesa “antirracial”, que, com muito custo, chegou ao reconhecimento que os negros foram seviciados e vilipendiados pelos escravocratas e que é justa a reivindicação de “reparação histórica” não passa de uma grande impostura. O racismo continua aceso. O salto do engenho para a grande indústria não mudou em nada os fundamentos de classe da opressão sobre os negros. Os explorados, portanto, estão diante do embuste de uma suposta ideologia antirracial e de igualdade entre todos os serem humanos, uma ideologia de igualdade racial que se socorre do Estado escravocrata-burguês, que sustenta a campanha de que a educação e a criminalização irão aparando as arestas do hediondo racismo.

O espetáculo da imprensa serve à grande farsa quando se mostra indignada diante de um imbecil racista que é pego em flagrante pela justiça fazendo ofensas, que irá aplicar um corretivo e que será apresentado como exemplo à nação de que já não se toleram tais atos individuais. No dia seguinte, centenas de atitudes e ocorrências discriminatórias contra os negros continuam a proliferar. Os promotores da igualdade racial no capitalismo voltam a reclamar da impunidade e da falta de uma política educacional que ensine que negros e brancos são humanos, diferenciando-se apenas na cor da pele de acordo com os desígnios da natureza. O verniz da humanização capitalista não tem, porém, como ocultar a profunda miséria e pobreza da maioria negra e, com elas, o dia a dia da discriminação.

Não faltam pesquisas e dados oficiais para comprovar que os negros recebem menos que os brancos para a mesma função, estão em desvantagem na concorrência do mercado de trabalho, milhões sobrevivem com migalhas do subemprego, canalizam-se para os serviços mais pesados, de mais baixa

qualificação, arcam com o maior peso do analfabetismo, aglomeram-se em favelas, são os mais atingidos pela violência, morrem como moscas e lotam as prisões. A discriminação policial e o assassinato de jovens negros atingiram níveis de barbárie. No mar de miséria, mais e mais adolescentes são arrastados para a criminalidade. A resposta do Estado tem sido mais violência policial. Bandos de matadores se dedicam a matança nos bairros miseráveis e nas favelas.

O Estado burguês e seus partidos deram um só passo para solucionar essa opressão econômica? Tomaram alguma medida séria de proteção à juventude negra? Houve algum reconhecimento que a diferenciação salarial e a seleção no mercado de trabalho são expressões materiais da opressão de classe? Adotou-se uma lei que obrigue os patrões a cumprirem a norma de salário igual para função igual? O que a burguesia e seu Estado poderão fazer para arrancar a maioria negra da pobreza e da miséria? Basta que se respondam honestamente a essas perguntas para se concluir que não há como o capitalismo eliminar o racismo e erradicar as heranças coloniais do escravismo.

A montanha de atitudes racistas que se levantam diariamente nas ruas, escolas, restaurantes, trabalho, lazer, etc. emerge da opressão econômica, de classe, que torna as massas negras ao mesmo tempo iguais e distintas em relação às massas brancas exploradas, pobres e miseráveis. Não se deve procurar, portanto, na ideologia racial a causa da discriminação. Não há solução ideológica para o racismo, embora seja preciso combatê-lo com todo vigor. A história do racismo no Brasil mostra perfeitamente como a burguesia e seu Estado escravocrata-capitalista podem muito bem adaptar e disfarçar sua visão sobre os negros. Mas não podem admitir que se toque a raiz social do racismo.

Arranquemos as raízes de classe da opressão sobre os explorados e todo edifício do odioso racismo virá abaixo. Elas nasceram das sementes do colonialismo escravista e se consolidaram no regime da grande propriedade capitalista. Lutemos por demonstrar aos negros e brancos explorados a base material do racismo, por meio da luta de classes, que ficará bem visível o rosto dos exploradores brancos. No momento em que

a revolução proletária, que será de maioria nacional oprimida, transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista se abrirá o caminho para as massas negras e brancas se irmanarem na produção social.

Não temos dúvidas de que as aspirações dos negros de classe média têm de ser defendidas contra as discriminações. É justo que reclamem do fato de que apenas uma minoria de negros chega à universidade, que profissões como as de médicos, engenheiros, etc. são praticamente preenchidas por brancos. Como os negros ascenderem às camadas da classe média sem que esses canais de projeção econômica, social e cultural estejam, em certa medida, abertos? É claro que essa aspiração pequeno-burguesa chega ao extremo de se pleitear ascensão na política burguesa e nas instâncias de decisão do Estado, de onde a burguesia branca administra os seus negócios e mantém a brutal opressão sobre os negros. Não temos, portanto, o dever revolucionário de apoiar tais aspirações burguesas.

Não é difícil diferenciar as legítimas aspirações das camadas negras pequeno-burguesas das que são ilegítimas por serem burguesas. Para isso, é fundamental não confundir o programa proletário de emancipação dos explorados negros com as aspirações pequeno-burguesas de encontrar um lugar ao sol no capitalismo. Chegamos a mais um ponto fundamental da questão. O proletariado se encontra desorganizado e controlado pela política burguesa. Está aí por que as aspirações pequeno-burguesas têm comparecido como sinônimo de antirracismo e como base de sustentação das bandeiras de igualdade racial. Sem o proletariado à frente das lutas, ganhou força a tese política de que as ações afirmativas, as reparações históricas, a criminalização e a educação cívica da população são eminentemente antirraciais. Na realidade, são no fundo raciais.

Somente o proletariado tem como defender as reivindicações das massas negras e combater o racismo burguês. A pequena-burguesia negra não alcançará suas aspirações no capitalismo, continuará sob o tacão da discriminação e da humilhação. No momento em que operários negros e brancos levantarem a bandeira de trabalho igual, salário igual, traba-

lho a todos em igualdade de condições, salário mínimo vital, habitação digna, fim da matança de negros, fim do aparato repressivo burguês, direito de autodefesa e armamento dos explorados, então se avançará o combate ao racismo. Toda perfumaria das ações afirmativas e dos direitos humanos, que servem para tapar as narinas e os olhos da classe média do cheiro e do espetáculo da barbárie capitalista, se dissipará.

Os explorados negros que estejam em luta contra o racismo e que elevam a sua consciência de classe têm o dever de trabalhar pela construção do partido revolucionário. É com esse instrumento que se viabilizará o programa de emancipação das massas negras da opressão. Há um longo caminho a percorrer em busca da unidade de negros e brancos explorados, necessária para derrotar a burguesia e constituir um governo operário e camponês. Venceremos os obstáculos levantados pela política burguesa e pelas ilusões pequeno-burguesas. Se pretendemos, de fato, acabar com as discriminações, temos de trabalhar para que a classe operária se liberte das direções conciliadoras, carreiristas e vendidas que controlam os sindicatos. A construção do partido é a chave para a libertação definitiva dos negros da escravidão.

***Neste dia da Consciência Negra, o Partido Operário revolucionário chama negros e brancos a combaterem, na mesma trincheira, o capitalismo putrefato!
Chama os negros a se organizarem no movimento operário, a tomarem a direção dos sindicatos controlados pela burocracia vendida e a levantarem o programa da revolução proletária!
Conclama a sua vanguarda militante a fortalecer a construção do partido marxista-leninista-trotskista!***

Unir os explorados, negros e brancos, para derrotar o governo golpista de Temer

Massas 532 – 20 de novembro de 2016

Este dia da Consciência Negra ocorre em uma nova situação política. O governo do PT, que promoveu a política de “reparação histórica” e levou o Congresso Nacional a aprovar medidas de “promoção da igualdade racial”, já não existe. Em seu lugar, se instalou, por meio de um golpe institucional, o governo de Michel Temer. Notou-se, em sua posse, que só havia brancos. A solenidade expôs que o poder da burguesia é branco. Nisto o governo do PT não modificou absolutamente nada. Tendo mais ou menos negros nos ministérios, secretarias, assessorias, etc. não altera o fato de que o Estado corresponde à ditadura de classe da burguesia branca sobre a maioria nacional oprimida.

O fundamental está em que a interrupção da política de “ações afirmativas” encarnada pelo PT não foi a interrupção de uma política que se contrapunha à opressão de classe. A experiência mostrou que o objetivo de melhorar as condições de uma parcela de negros não atingiu e nem ameaçou o poder da burguesia branca. O Estatuto da Igualdade Racial, o Bolsa Família e as cotas chegaram a alimentar a ilusão de que se avançava no sentido de eliminar as discriminações raciais, à margem da opressão de classe. O reformismo promoveu uma grande campanha em torno da tese de que por meio da redistribuição de riqueza e de oportunidades se estaria realizando a inclusão social dos negros e, portanto, reduzindo gradativamente a discriminação. O balanço geral das medidas, no entanto, demonstra que a “redistribuição” pela via do Estado foi ínfima, se considerada a riqueza nacional e a grande miséria que atinge as massas negras. A alta concentração de riquezas nas mãos da minoria burguesa não só permaneceu como cresceu. Não foi surpresa que, mesmo assim, uma fração da burguesia e a alta classe média resistissem e contratassem a política de “inclusão” social. Reação essa que

evidenciou o poder branco da burguesia assentado na exploração do trabalho, na obtenção do lucro, na concentração da propriedade e na conservação de privilégios. Estava claro que o programa de “inclusão” social do PT era limitado e não poderia ir além do seu pequeno alcance.

Nas condições da economia atrasada do Brasil e da decomposição geral do capitalismo, não há como realizar reformas profundas e duradouras. Bastou a obrigatoriedade de obter o superávit primário, voltado a sustentar a brutal dívida pública, para que a diretriz de distribuição de recursos aos programas sociais se mostrassem inviáveis. O fracasso da política do nacional-reformismo, em particular no caso da discriminação racial, se deve ao fato de ser tão somente uma variante da política burguesa, que, como tal, não teve e não tem como transformar a estrutura de classe do país. Mais de 50% da população é constituída de negros. Desses, apenas uma pequena parcela se elevou à condição de classe média. A grande maioria pertence à classe operária e camponesa. A classe burguesa é completamente branca. Não há, assim, como ocultar que a tentativa de direcionar o Estado burguês para amortecer a terrível opressão que recai sobre as massas negras esteve e está condicionada à estrutura de classe do capitalismo atrasado e semicolonial. A composição social negra da população remonta à colonização e ao seu sistema escravista.

Está aí por que os negros são os mais explorados, os que suportam a maior taxa de desemprego, subemprego e analfabetismo; enfrentam a discriminação no trabalho, com salários diferenciados e com funções mais desqualificadas; e padecem terrivelmente da violência policial. Se há algo que o programa Bolsa Família fez, foi confirmar que a grande maioria negra sobrevive entre a miséria e a pobreza e que as esmolas do Estado não passam de uma gota no oceano. É preciso destacar a constante desintegração da família, a colocação da mulher na condição de chefe da casa e o sacrifício das crianças pelo abandono. É o que explica a alta marginalidade entre os negros e o conseqüente volume de presos e assassinatos. A discriminação ideológica e cultural, por sua vez, é reflexo da estrutura social e da bárbara situação da maioria negra.

Respostas como educação e punição se anulam diante de tamanha opressão capitalista. E ocultam as raízes de classe da discriminação racial.

Há quem acredite que o golpe contra Dilma Rousseff se deveu ao “projeto democrático e popular” do governo petista, do qual faz parte a “promoção da igualdade racial”. Em realidade, se esgotou a política econômica geral do governo e sobreveio sua incapacidade de atender plenamente aos interesses da burguesia, em particular os do capital financeiro. É necessária essa conclusão para reorientar o movimento dos explorados contra o racismo. A experiência com os governos do PT demonstra que não será por meio da política de Estado que se enfrentará a opressão sobre os negros. Não será pela via de Estatuto Racial, educação, assistencialismo e repressão que venceremos a odiosa discriminação. Será por meio da luta de classes contra a burguesia branca que a classe operária, apoiada na maioria oprimida, levará adiante a tarefa de erradicação do racismo.

A classe operária e a maioria oprimida são formadas de negros e brancos. É preciso a unidade dos explorados sob o programa da revolução proletária, cuja essência assenta no objetivo histórico de tomar o poder da burguesia, de expropriar os meios de produção e transformá-los em propriedade social. Entre aqueles que lutam conseqüentemente contra o bárbaro racismo não pode haver dúvida de que a discriminação sofrida pelos negros é conseqüência da exploração do trabalho e da condição histórica que a velha escravidão colonial impôs aos negros africanos e que a moderna escravidão capitalista perpetuou. Não pode haver dúvida sobre a impossibilidade de a burguesia realizar reformas que conduzam ao fim das diferenciações raciais. Não pode haver dúvida de que o reformismo é impotente diante do poder da burguesia branca. A importância da experiência com os governos do PT foi precisamente a de comprovar a tese marxista de que o capitalismo na sua época de decadência não comporta reformas estruturais. E que o fim de toda forma de opressão de classe virá com a revolução social e construção da sociedade socialista.

A questão agora é como nós explorados, negros e brancos, enfrentaremos o governo golpista de Temer. Não será

com a mesma política dos reformistas que resistiremos aos ataques da aliança governamental que promoveu o impeachment. A condição é a de organizar o movimento dos explorados no terreno da independência de classe. A PEC 241 objetiva cortar recursos da saúde, educação, moradia e programas sociais. Quem vai pagar por essa medida são os explorados. As reformas da previdência e trabalhista atingirão, também, a maioria negra. A MP 746 (reforma do ensino médio) golpeia a juventude negra que precisa trabalhar. Está aí por que o movimento negro também precisa reorientar a luta, colocando-se pela estratégia revolucionária que unifica a classe operária e a maioria oprimida contra a burguesia e seu governo. É preciso superar o corporativismo e o reformismo. É preciso romper com a ilusão de que é possível no capitalismo constituir um governo de reformas estruturais. É preciso rejeitar o eleitoralismo e os métodos parlamentares de solução do racismo.

Neste dia da Consciência Negra levantemos as bandeiras:

Derrubar nas ruas as medidas antinacionais e antipopulares de Temer!

Impulsionar as ocupações das escolas e universidades!

Unificar os movimentos operário, camponês, popular e estudantil!

Fim de todas as discriminações sobre os negros (trabalho igual, salário igual; emprego a todos; escola combinada com o trabalho)!

Fim da violência policial contra os negros, combatendo todo tipo de violência capitalista contra os explorados!

Abaixo o governo golpista de Temer! Por um governo operário e camponês!

14^a Marcha da Consciência Negra

O objetivo de nossa luta é o fim do racismo e toda sorte de discriminação

Massas 555 - 19 de novembro de 2017

No ano passado, a 13^a Marcha da Consciência Negra estava diante de um governo instalado há seis meses. Governo esse imposto ao País por um golpe de Estado. Agora, depois de um ano, enfrentamos um dos maiores ataques às condições de existência dos explorados.

No dia 11 de novembro, entrou em vigor a brutal reforma trabalhista. Sua aplicação atingirá todos os assalariados, negros e brancos. No entanto, esmagará ainda mais as massas negras. Essas constituem a maioria da população brasileira etambém a maior parte da força de trabalho assalariada. A greve geral de 28 de abril mostrou o caminho para derrubar e enterrar as reformas antinacionais e antipopulares de Temer. Cabe à 14^a Marcha exigir das centrais sindicais a retomada da greve geral.

As fileiras da classe operária contam com a maioria negra. Nelas se encontram as camadas mais pobres e miseráveis, que arcam com o salário mínimo de fome. Padecem do desemprego, do subemprego, das jornadas mais pesadas e das atividades mais sacrificantes.

Os imensos bairros operários, dos quais as favelas são apenas sua parte mais empobrecida, constituem depósitos de desempregados disponíveis à exploração capitalista. Não por acaso, os bairros operários concentram a maioria da população negra. Está aí por que são marcados pela miséria, pela violência e pela mortandade.

Enquanto a juventude negra convive com o regime do desemprego, subemprego, salário mínimo, narcotráfico, assassínatos e chacinas, a burguesia branca acumula riqueza e sua fração narcotraficante tem as mãos livres para mover seus lucrativos negócios. Nessa fase da vida, quando a juventude se prepara para ingressar no trabalho, corre de um lado

para outro sem conseguir um emprego e um salário condizente com as necessidades básicas. Está aí por que enfrenta o drama de se vincular ao tráfico e toda sorte de criminalidade para sobreviver. É estarrecedor esse caminho que leva à prisão e à morte precoce. O Estado burguês não tem outra resposta a não ser a repressão policial. O que potencia ainda mais a barbárie. Nossa luta, portanto, é de classe. É com a organização independente da classe operária que quebraremos a ditadura de classe da burguesia sobre a maioria oprimida.

A gravidade das condições das massas negras – não só no Brasil, mas em todo o mundo – obrigou o Estado burguês a criar programas denominados de “ações afirmativas e reparatórias”. Na década de 1990, foram dados os primeiros passos nesse sentido. O governo neoliberal, antinacional e antipopular de Fernando Henrique Cardoso estabeleceu as bases da “promoção da igualdade racial”. Formalizou essa política constituindo o “Conselho Nacional de Combate à Discriminação”. Estabeleceu um programa voltado à universidade. O governo do PSDB, na realidade, respondeu ao movimento criado pela ONU. Sob a bandeira dos direitos humanos desfraldada pelas potências, foi realizada a Conferência Mundial contra o racismo, na qual se aprovou a Declaração de Durban. Determinou-se a diretriz das “ações afirmativas”. Será no governo de Lula, porém, que se concretizam programas, que têm por objetivo “promover a igualdade racial”. Criaram-se uma Secretaria, em seguida, um Ministério e, finalmente, o Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial. O governo patrocinou três Conferências e, por decreto, implantou o “Plano Nacional de Promoção de Igualdade Racial”. Esse processo, que percorre mais de uma década, desembocou no Estatuto da Igualdade Racial, cujas diretrizes coíbem por lei a discriminação e preveem políticas de diminuição da desigualdade que atinge os negros. Uma das medidas mais importantes decorrente do Estatuto foi a Lei das Cotas.

Desde 1930, despontou o movimento de negros, voltado a exigir do Estado uma legislação de proteção contra o racismo e as discriminações. A Marcha Zumbi, de 1995, que culminou com uma massiva manifestação em Brasília, pressionou o governo de Fernando Henrique Cardoso a assumir a questão

racial como política de Estado. Certamente, a Lei Afonso Arinos, 1951, proibindo a discriminação racial, foi um marco na legislação burguesa e a Lei Caó, 1989, deu um passo à frente tipificando o crime de racismo. O Estatuto da Igualdade Racial sistematizou juridicamente todo o desenvolvimento da luta por uma legislação protetora dos negros. Não é, portanto, por falta de leis e de organismos estatais que permanecem o racismo e a odiosa discriminação. Quanto mais essas se ampliaram e se aperfeiçoaram, mais o Estado reconheceu e reconhece a profundidade e a gravidade da opressão sobre os negros. Tal reconhecimento, no entanto, não se converteu em solução.

O PT e setores do movimento negro avaliam que sob os governos de Lula e Dilma reduziram-se as desigualdades entre trabalhadores negros e brancos, que indicam uma diminuição da discriminação racial. Mas também estão obrigados a reconhecer que está longe de se aproximar da superação do abismo racial. O que se fez em uma década de governo nacional-reformista do PT foi tão somente colocar um bálsamo nas feridas sociais. Em linhas gerais, o progresso na legislação não foi acompanhado por reais mudanças na discriminação social dos negros. Essas medidas de “ações afirmativas e reparação histórica” se circunscreveram ao breve período de crescimento econômico do Brasil. Em outras palavras, não era possível manter tal política por muito tempo. Mesmo nas condições favoráveis, a discriminação, a desigualdade e a violência policial continuaram a golpear a vida da maioria negra. As ilusões sobre a possibilidade no capitalismo de se criar “as bases da igualdade racial” desmoronaram ainda no governo de Dilma Rousseff, quando a recessão tomou conta da economia e o patronato passou a demitir em massa. Já não se podia sustentar a tese da distribuição de renda por meio da “valorização” do salário mínimo e do “pleno emprego”. O critério de cotas raciais se mostrou ultralimitado. Os dois esteios da política de Estado concebidos pelo nacional-reformismo, que foram os da distribuição de renda e da promoção da igualdade racial pela via da educação, ruíram assim que a crise mundial do capitalismo arrastou o Brasil.

O golpe de Estado pôs fim de vez à cambaleante política de “ações afirmativas e reparações históricas”. Os interesses

do capital financeiro, das multinacionais e do imperialismo se sobrepuseram ao curso do nacional-reformismo, que já se encontrava esgotado. Para a burguesia e seus governos, nenhuma medida de “ação afirmativa, reparação histórica e inclusão social” pode atrapalhar a sustentação prioritária da gigantesca dívida pública e da insuportável carga de juros. Tudo que dificulta o aumento da exploração do trabalho tem de ser eliminado. A crise econômica passou a ditar a política inteiramente ajustada aos interesses da burguesia e contraposta às massas exploradas. As diretrizes da ONU e da Conferência de Durban, que foram assumidas de início pelo governo pró-imperialista de Fernando Henrique Cardoso, perderam a vigência. O desemprego e a pobreza mundial voltaram a abruptamente a crescer. No Brasil, o desemprego e o subemprego atingiram 26 milhões. Desse contingente, a maioria é negra.

O percurso de ascensão das políticas de redução e queda da desigualdade racial mostra claramente que está determinado pelas condições econômicas do capitalismo e da exploração do trabalho. A ideia de se “criar as bases da igualdade” independente da economia e da exploração do trabalho não se sustenta. É utópica e reacionária. Desarma o proletariado para enfrentar todas as manifestações da opressão social.

É conhecido e suficientemente explicado pela própria historiografia e sociologia burguesas que a diferenciação entre negros e brancos trabalhadores tem suas raízes na escravidão. A incorporação dos negros como força de trabalho no capitalismo se deu sob a intensa exploração e sob a formação do exército de desempregados. A discriminação no pagamento dos salários e na compra da mão-de-obra pelos capitalistas se adensou no período da imigração da força de trabalho branca. O racismo ideológico se constituiu sobre a base material da exploração geral do trabalho, que inclui negros e brancos. A classe operária é formada de negros e brancos. É a burguesia que promove a discriminação em função de seus objetivos econômicos.

Observa-se, porém, que o movimento operário carece de um programa que responda ao racismo e às discriminações. O que dificulta a incorporação das massas negras no combate à exploração do trabalho. É o que explica a preponderância

das camadas de classe média negra no movimento contra o racismo. É do interesse da burguesia o crescimento dessa classe para a qual são destinadas, em última instância, as “ações afirmativas”. O critério de cotas representa graficamente essa orientação. Eis por que o Estado e seus governos não adotam respostas gerais, que abarcam todos os negros. A política de minorias tão somente acoberta as condições gerais da opressão sobre a maioria negra.

A medida universal e, portanto, a mais importante apresentada pelo governo do PT, foi a da “valorização do salário mínimo”. Ocorre que foi adotada sob o critério de aumento a conta-gotas e limitado a um percentual que não corresponde às reais necessidades da família trabalhadora. Sem dúvida, um salário mínimo vital favoreceria especialmente os negros. O que somente será imposto à burguesia por um poderoso movimento da classe operária e da maioria oprimida. O critério de “trabalho igual, salário igual” não pode ser assumido por nenhum governo burguês e por nenhum Congresso Nacional. Essa diferenciação compõe a estrutura econômica e social do capitalismo. E, finalmente, o emprego a todos por meio da aplicação da escala móvel das horas de trabalho completa a luta conseqüente contra a discriminação dos negros. Salário mínimo vital, trabalho igual/salário igual e emprego a todos formam as bases do programa operário.

O governo Temer e o Congresso Nacional aprovaram a reforma trabalhista e a burguesia já pode aplicá-la. A terceirização ilimitada, o trabalho intermitente, o aumento da jornada e a quebra de direitos (férias parceladas, insalubridade, etc.) recairão em grande parte sobre as massas negras. Só falta agora a aprovação da reforma da previdência, que inviabilizará a aposentadoria para milhões. Também neste caso atingirá frontalmente os negros, que arcam com maior tempo de desemprego e subemprego. A PEC do teto, por sua vez, atingiu os serviços mais elementares, como saúde, educação e moradia. O retrocesso nas condições de existência dos explorados será brutal. Podemos esperar maior violência contra os negros e, em especial, contra a juventude negra.

Os nacional-reformistas, os eleitores e os carreiristas apresentam como saída as eleições de 2018. Dizem que o

Brasil precisa de um governo “legítimo”, que possa fazer as reformas apoiado na população. Para eles, o governo de Temer é apenas “ilegítimo” e que por isso está impondo as reformas a despeito do que pensa a maioria dos brasileiros.

Nesta 14ª Marcha da Consciência Negra, vamos nos deparar com o chamado eleitoral, mais ou menos disfarçado. Voltarão com as bandeiras das “ações afirmativas”. Temos, ao contrário, de trilhar outro caminho, que é a de levantar o programa que de fato defende as massas negras contra a barbárie capitalista e que as unam com os milhões de explorados brancos, que também padecem da pobreza, da miséria e da fome.

Essa 14ª Marcha tem o dever de dizer bem alto que o racismo e as discriminações sobre os negros é tão somente um reflexo da opressão de classe, ou seja, da dominação da burguesia branca sobre a classe operária e demais oprimidos. Não aceitemos que nenhum movimento, que nenhuma corrente política e que nenhum sindicato oculte essa verdade elementar.

Temos de organizar o movimento negro como parte indissolúvel da classe operária. É a partir do proletariado que se pode enfrentar a burguesia e seu governo. Nossa luta não é para proteger uma minoria negra contra a barbárie, mas sim proteger todos os pobres e miseráveis. A estratégia que leva à luta consequente contra o racismo é a do governo operário e camponês, portanto, da revolução proletária.

No capitalismo não será possível emancipar as massas negras e erradicar as raízes históricas da escravidão. O máximo que se pode obter da burguesia e de seu Estado são migalhas e assim mesmo com muita luta. A bandeira do fim do racismo e das discriminações é parte do combate do proletariado pelo socialismo. Tomemos o poder da burguesia pela revolução proletária, expropriemos o grande capital e instalemos a propriedade coletiva dos meios de produção, assim iniciaremos o fim de todo tipo de opressão.

Abaixo as reformas antinacionais e antipopulares do governo golpista!

Em defesa dos empregos, salários e direitos!

Lutemos sob a bandeira de trabalho igual, salário

igual! Nenhuma discriminação entre negros e brancos!
Fim da violência policial, dos assassinatos e das chacinas!
Unir os trabalhadores negros e brancos em uma só força contra a exploração capitalista!
Retomar a greve geral!
Nosso objetivo é o fim do racismo e de todo tipo de discriminação!
Lutemos sob o programa e a estratégia da revolução proletária! Por um governo operário e camponês!

Manifesto do dia da Consciência Negra

20 de novembro de 2018

Os explorados têm pela frente o combate ao governo de Bolsonaro. Negros e brancos oprimidos pelo capitalismo devem se unir em um só movimento. Sob a política da classe operária, avançaremos a luta pela defesa da maioria nacional oprimida e contra todo tipo de discriminação.

Entrou ano e saiu ano, a opressão sobre as massas negras se agrava. Essa constatação indica que as ações por reformas democrático-populares têm fracassado. A sua base política, teórica e programática consiste no pressuposto da possibilidade do capitalismo e, portanto, da burguesia nacional, de realizar a “reparação histórica”. Em outras palavras, promover a igualdade racial. Sob o governo do PT, desenvolveu-se um movimento pela “reparação histórica”, que culminou com a elaboração, discussão e promulgação do Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288/julho de 2010. A Secretaria de Direitos Humanos, criada por Fernando Henrique Cardoso, em 1997, passou por reformulação no governo Lula e, finalmente, no de Dilma Rousseff se transformou em Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, em 2015. Foi extinto pela ditadura civil de Temer, em 2016. É bom ter claro que a política de “ações afirmativas”, que materializa a noção

de “*reparação histórica*”, é anterior ao governo petista, mas é nele que se dá um caráter prático, com a criação de secretarias, conferências, conselho nacional e participação direta do movimento negro no Estado.

Tem-se como ponto de partida a Conferência Mundial, ocorrida na África do Sul, em 2001. Sob pressão dos Estados Unidos e de aliados, que não admitiam caracterizar o sionismo como racismo, os propósitos da ONU de realizar reformas de promoção da igualdade racial se esvaíram. A ideia de compensar a África pelo saque colonial escravista não passou de um propósito utópico. O que, de certa maneira, se passarão com os casos particulares, como o do Brasil, em que a escravidão negra constituiu a base da colonização e, portanto, de todo o processo econômico e social que conduziu ao capitalismo.

A situação de opressão sobre as massas negras brasileiras, em nenhum momento, sofreu uma mudança qualitativa. Foram e continuam sendo marcadas pela pobreza e miséria. Há um reconhecimento geral de que as massas negras passaram do regime hediondo escravista para o capitalista, sem que fossem completamente abolidas as raízes da velha opressão. Na condição de escravos modernos, que caracteriza o sistema assalariado de exploração do trabalho, as massas negras continuaram pagando um tributo pela libertação realizada pelos próprios escravocratas transformados em capitalistas. Na transição, os ex-escravos foram preteridos pela imigração branca. Em certa medida, foram relegados como força de trabalho impulsionadora do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Constituíram um grande exército de mão-de-obra desqualificada e subempregada. Muito vagarosamente – embora a maioria esmagadora da população negra estivesse na origem do proletariado brasileiro – passou a ter participação no caminhar da industrialização do País.

A discriminação entre a força de trabalho de operários negros e brancos, existente até hoje, se encontra no escravismo e na forma social da transição ao capitalismo. A discriminação, portanto, está na estrutura da exploração capitalista do trabalho. Está no processo de criação da mais-valia e acumulação de capital. O fundo da discriminação burguesa entre trabalhador negro e branco é econômico. O que se reflete nas

profissões, no acesso aos postos de trabalho, na qualificação, nos salários, no desemprego e subemprego e no nível de pobreza e miséria. A ideologia racial burguesa, discriminadora, se assenta na base material da divisão de classes e na composição histórica da força de trabalho.

O reformismo, certamente, está obrigado a reconhecer a discriminação econômica. As evidências estão à luz do dia. Mas faz uma inversão. Entende que o racismo ideológico condiciona a vida social da população negra. De maneira que existiriam duas formas de opressão: a de classe e a de raça. Estabelecida essa distinção estrutural, manejam-se argumentos em torno da relação entre raça e classe. Uma das teses é a de que são duas formas de opressão distintas, porém interligadas. Admitindo que haja um paralelismo, têm-se uma política específica à opressão racial, portanto, não determinada pela situação de classe das massas negras.

Não por acaso, o movimento voltado à *“reparação histórica”*, à *“promoção de igualdade racial”* e às *“ações afirmativas”*, impulsionado, principalmente, pelo reformismo petista e seguido pelas correntes de esquerda, corresponde à pseudo teoria de que a discriminação racial não é de classe, o que quer dizer que é regida por leis próprias. Por ter uma dinâmica própria, paralela à opressão de classe, é possível combater a discriminação e a ideologia racial, nos marcos do capitalismo. Três ações fundamentais constituiriam as *“ações afirmativas”*: prevenção, educação e punição. O Estado burguês, assim, deveria se encarregar da tarefa histórica de eliminação da discriminação racial.

O Estatuto da Igualdade Racial representou o passo mais significativo no reconhecimento estatal de que a discriminação é generalizada. No entanto, as medidas práticas em nada alteraram essa realidade. Dirigiram-se quase por inteiro a uma pequena camada de classe média negra, que se expandiu no último período. A mais visível foi a política de cotas, cuja maior repercussão se deu no acesso ao ensino superior. O racismo mais aberto, por sua vez, se recolheu em formas mais ocultas. Em parte, isso se deve às críticas voltadas a demolir as teses raciais e, sobretudo, à criminalização do agressor branco, flagrado em manifestação discriminadora.

Ao acobertar o racismo, estendeu-se um manto de hipocrisia, que, de fato, serviu e serve para ocultar a raiz econômica, de classe, do fenômeno. Em outras palavras, o velho pressuposto da superioridade da raça branca sobrevive no dia-a-dia da vida social, sem precisar se justificar com a falsa doutrina racista do século XIX.

A discriminação dos negros, não apenas se conserva, como se agrava, em termos relativos. Somente a uma camada da classe média, observa-se algum progresso material e cultural. Mesmo assim, continua padecendo da diferenciação. É diante do que se passa com as vastas camadas pobres e miseráveis que se expõem a olhos vistos as raízes históricas do proletariado negro e a brutal carga de exploração que chega até nossos dias. Recebem os salários mais baixos, suportam as mais altas taxas de desemprego e subemprego, são os mais atingidos pela baixa escolaridade e pelo analfabetismo, sofrem com as precárias condições de habitação e saúde.

Em novembro do ano passado, sob auspício da ONU, que é um organismo controlado pelas potências colonialistas e imperialistas, realizou-se a campanha “*Vidas Negras*”. Momento em que se publicaram resultados de pesquisas sobre a violência sofrida pelas massas negras. Não é preciso reproduzir os números em toda a sua extensão. Basta a demonstração de que, a cada 30 mil assassinatos, 23 mil são de jovens negros; mais de 60% dos presos que superlotam as penitenciárias e cadeias são negros. Observam-se atitudes diferentes entre a população, ao reagir diante do assassinato de um jovem, caso seja branco ou negro. O estigma de que o negro é propenso ao crime é disseminado. Para isso, desvincula-se a incidência da criminalidade das bárbaras condições em que o capitalismo, a burguesia e seu Estado impõem às massas negras, que formam a maioria da população. Não é preciso insistir sobre a gravidade das condições sociais das mulheres negras. O que padecem é indescritível.

O Estatuto da Igualdade Racial, as boas intenções sobre as reparações históricas e as ações afirmativas, inevitavelmente, naufragam nesse mar revolto de exploração, de pobreza, de miséria e de violência de classe, que recaem mais pesadamente sobre a maioria negra. Não tiveram e não têm como dar

um salto qualitativo, no objetivo anunciado de arrefecimento da discriminação burguesa sobre os explorados negros, e de superação da discriminação racial. Não se pode ignorar que à classe burguesa em geral e ao próprio imperialismo seria positivo incorporar a gigantesca massa negra à força de trabalho ativa e ao mercado consumidor, para impulsionar as forças produtivas e dinamizar seus capitais. Recordemos que o esgotamento da economia colonial e a liquidação das relações escravistas foram decorrências dessa necessidade. Na época de desintegração mundial do capitalismo, já não é possível reformas estruturais que arranquem as massas negras da profunda e ampla pobreza e miséria.

Não estamos isentos, por isso, da luta por reformas. O objetivo de acabar com a discriminação e alcançar a igualdade entre negros e brancos é parte das tarefas democráticas não realizadas pelo capitalismo. A burguesia nacional não tem como cumpri-las. O máximo que pôde fazer foi criar uma camada de classe média negra, que vive em melhores condições que a maioria, e tem como recorrer ao ordenamento jurídico quando flagrantemente discriminada. ***A defesa da igualdade salarial, do salário mínimo vital, da escala móvel das horas de trabalho (pleno emprego), da total alfabetização, do acesso a todos os níveis da educação, do fim da violência policial, da proteção à maternidade, do direito à aposentadoria etc., bem como pela defesa do fim de toda discriminação ideológica e cultural, se dá no interior do capitalismo. Não obstante, esse programa de reivindicações se volta contra a dominação da burguesia sobre o proletariado e os demais explorados. Para isso, é imprescindível unir pretos e brancos explorados em um só movimento pelo programa proletário de emancipação.***

Vimos que o golpe de Estado e a instalação da ditadura civil de Temer se voltaram contra as massas, em particular, contra as camadas mais pobres e miseráveis da população negra. A reforma trabalhista, sem dúvida, atinge indistintamente todos os assalariados, mas principalmente os milhões de proletários negros. Agora, estamos diante do governo ditatorial de Bolsonaro. Novos ataques estão sendo preparados – o mais emergencial para o capital financeiro e para os para-

sitas da dívida pública é a reforma da previdência.

Esta manifestação do dia da Consciência Negra está obrigada a levantar a bandeira de **“Abaixo a ditadura fascista de Bolsonaro!”** **“Fora a reforma da previdência!”** **“Em defesa das conquistas do movimento negro!”**, **“Fim de toda discriminação racial!”**

Nossa luta estratégica pela abolição de toda discriminação corresponde ao programa da revolução e ditadura proletárias! Corresponde à conquista de um governo operário e camponês e à expropriação revolucionária da grande propriedade privada dos meios de produção.

Manifesto do Partido Operário Revolucionário

Transformar a manifestação do Dia da Consciência Negra em assembleia

Que seja o ponto de partida da retomada da luta contra os ataques de Bolsonaro-Guedes e do Congresso Nacional à maioria explorada
Que faça um chamado às centrais sindicais para preparar uma nova greve geral
Que se coloque pela unidade de todos os oprimidos contra a exploração e opressão capitalistas
Que levante a bandeira de fim da discriminação racial como parte da luta pelo socialismo
Que o Dia da Consciência Negra seja pela emancipação de todos os explorados e oprimidos diante da dominação burguesa!

20 de novembro de 2019 - Massas 601 – 8 de dezembro de 2019

As estatísticas sobre a discriminação sofrida pelos negros são muito conhecidas e contundentes. Não é preciso, aqui, recorrer aos números. Sabemos que a odiada diferenciação entre negros e brancos começa na hora de arrumar o emprego e receber o salário. Entre os desempregados e subempregados, a grande maioria é de negros. A mulher negra, em par-

ticular, sofre brutalmente com a dupla jornada de trabalho. Arca com o trabalho mais pesado e precarizado. Milhões delas são arrimos de família. É na exploração capitalista da força de trabalho que encontramos a raiz da discriminação racial.

É preciso, também, reconhecer que milhões de operários e camponeses brancos sofrem com o desemprego, a pobreza e a miséria. É necessário ressaltar a desigualdade criada pelos capitalistas entre negros e brancos oprimidos. As consequências dessa relação social, certamente, recaem pesadamente sobre a população negra, que é a maioria dos brasileiros.

As estatísticas também mostram que o maior número de homicídios atinge os pretos. As prisões estão repletas de homens e mulheres pretos. As favelas e cortiços são povoados de maioria preta. É nesses grandes conglomerados de pobres e miseráveis que se instalam o narcotráfico, as milícias e a guerra social. Quase sempre as notícias de chacinas e mortes por “balas perdidas” expõem as vítimas negras. São consequências inevitáveis das condições de exploração capitalista, que mantém cerca de noventa por cento dos brasileiros na pobreza e miséria. Sendo a maioria de negros.

É importante não confundir, nem ocultar, o que é causa e o que é consequência. Nem tampouco deixar de combater as consequências, caminho pelo qual os oprimidos chegam às causas. Têm sido valiosas as campanhas de denúncias sobre a discriminação racial. As revelações de que a repressão policial é marcada pela cultura do preconceito racial se estendem a todas as formas de discriminação. Por mais que setores da burguesia e da intelectualidade condenem os preconceitos, e por mais que se tenham aprovado leis para criminalizar os atos de discriminação, os negros – principalmente, operários, camponeses, favelados e cortiçados – continuam a sofrer as consequências da discriminação, que se origina na exploração do trabalho.

É visível que, nos momentos mais agudos da crise econômica, recrudescer a questão negra no País. As demissões generalizadas e o aumento do desemprego e subemprego, principalmente com a recessão de 2015-2016, jogaram na miséria milhões de trabalhadores, que se encontravam nas condições de pobreza. A maioria que desceu da pobreza para a miséria é

negra. Há que ressaltar o gigantesco contingente da juventude negra que vem sendo arrastada pela barbárie capitalista.

A burguesia e seus governos não têm outra solução para a decomposição do sistema capitalista, a não ser descarregar sua crise estrutural sobre a maioria oprimida, que, como dissemos, é formada de negros. O ataque geral à classe operária e aos demais trabalhadores repercute em todo o País, precisamente porque agrava as condições da maioria negra. A questão racial vem à tona, impulsionada pelo avanço da pobreza e da miséria. Todos os dados estatísticos sobre a discriminação racial se elevam.

As reformas trabalhista e previdenciária, bem como a lei da liberdade econômica e o programa “Trabalho Verde Amarelo”, atingem os trabalhadores, independentemente da cor da pele. No entanto, atingem muito mais as massas negras, que são as mais desprotegidas, e que, historicamente, suportam o maior peso da opressão capitalista.

O governo de Bolsonaro não é reacionário apenas pelo fato de ostentar a ideologia racista, mas fundamentalmente porque protege o grande capital, sacrificando a vida da maioria oprimida. As contrarreformas de Temer e Bolsonaro golpeiam frontalmente a maioria negra. Somente um poderoso movimento dirigido pela classe operária pode combater e derrotar a ofensiva burguesa.

O Dia da Consciência Negra deve levantar a bandeira da consciência de classe. Eis por que devemos transformar esse dia em assembleias por todo o País, para exigir das centrais sindicais e dos movimentos a retomada da luta. Dizemos retomada, porque as centrais desmontaram o movimento, traíndo a luta contra a reforma da Previdência. Caso isso não aconteça, perdemos um momento precioso para potencializar o combate à discriminação racial.

Aqueles que de fato estão pelo fim de todo tipo de opressão e discriminação devem rejeitar que o Dia da Consciência Negra seja de festividades, discursos vazios, encenações e outros artifícios distracionistas. Ao contrário, tem de ser um dia de combate. Um dia de punhos cerrados contra o governo escravizador do povo e contra a burguesia escravocrata. Deve ser um dia em que os trabalhadores negros convoquem seus

irmãos brancos a levantarem a bandeira de um poder próprio da classe operária. Um dia em que se diga que a emancipação do negro será obra de um governo operário e camponês, constituído pela revolução proletária.

Viva o Dia da Consciência Negra proletária!



www.pormassas.org / [facebook - massas.por](https://www.facebook.com/massas.por)

